

CONVERSAS COM O RIO DOCE

Maria Celeste Reis F. de Souza
Thiago Martins Santos
Renata Bernardes Faria Campos
Eliene Nery Santana Enes
(Organizadores)



caderno
temático **2**



HISTÓRIAS ANTIGAS DO RIO DOCE

Haruf Salmen Espíndola



memorial descritivo da capa

Título: Rio Doce I, II e III (tríptico)

Ano: 2015

Artista: Edileila Portes*

Técnica: Gouache s/papel fabriano

Dimensões: 0,45cm x 1,80cm

A obra faz parte de uma trilogia (“Rio Doce I, II e III”; “Figueira I, II e III” e “Ibituruna I, II e III”) concebida por ocasião do desmoronamento da barragem da Samarco, na cidade de Mariana, Minas Gerais, Brasil, em novembro de 2015. Dei à série o título “Rasgos na Alma: ode ao Vale do Rio Doce” fazendo referência aos sentimentos pelos quais nós, os atingidos/moradores do Vale do Rio Doce, passamos diante dessa tragédia, numa denúncia poética, expressão permitida pela Arte. Objetiva, também, fazer uma homenagem ao Vale, focando os sentimentos que os moradores de Governador Valadares - cidade onde moro atualmente - possuem, representados metaforicamente nos símbolos presentes na obra e que são carregados de sentidos: o Rio Doce, a Figueira e a Ibituruna.

Como professora, pesquisadora e artista visual busco com a obra, portanto, homenagear o Vale, sensibilizar os moradores e, ao mesmo tempo, compartilhar os sentimentos vivenciados a partir do ocorrido, principalmente pelos Borum do Watu, sociedade nativa que vive num território situado às margens do rio Doce, próximo a cidade de Resplendor, MG e que vivencia de forma material e simbólica o rio Doce, o Watu para os Borum. Expresso no “Rio Doce I” um rio que ainda exala vida, representada nas cores fortes e na presença dos peixes, que também carregam esta simbologia. Imagem vívida, ainda, na memória dos Borum, segundo relato colhido durante uma pesquisa etnográfica que fiz no território Krenak. No “Rio Doce II”, concebida na noite do desmoronamento, trago a minha angústia diante da notícia que se espalhou de forma contundente: a lama tóxica chega aos borbotões como “chamas de um dragão”, enquanto os peixes tentam “correr para o mar, em vão”. No “Rio Doce III”, o rio muda de cor. Torna-se rubro como a lama que chega: é a hora da sua partida e da morte dos peixes, que emergem agonizantes. Ao fundo das três obras, sob o olhar impotente da Ibituruna, a Vida se esvai. Aqui, justifico o título “Rasgos na Alma” uma vez que essa tragédia não rasgou o Vale só no sentido material, mas a Alma dos entes e seres que nele habitam. O tríptico “Rio Doce I, II e III” ilustra, juntamente com os outros dois trabalhos já referidos, um livro que leva o mesmo título: “Rasgos na Alma: ode ao Vale do Rio Doce”. Trata-se de um poema ilustrado, editado pela Editora Atafona, de Belo Horizonte, com a coedição do Ate-

* Possui graduação em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialização em Folclore e Cultura Popular e Mestrado em Gestão Integrada do Território. É Membro Efetivo (Pesquisador) da Comissão Mineira de Folclore (2005) e do Instituto Histórico e Geográfico do Mucuri (2019). Atuou como professora assistente da Universidade Vale do Rio Doce de 2002 a 2017. Gere o espaço cultural Ateliê Edileila Portes desde 2014, prestando assessoria e consultoria em Arte e Cultura. Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Artes Visuais, atuando principalmente nas seguintes áreas: desenho, composição e plástica, percepção visual, história da arte, arquitetura e urbanismo, teoria do urbanismo, cultura, folclore, identidade, território e territorialidades.



liê Edileila Portes, do qual sou gestora e tem o apoio cultural da Comissão Mineira de Folclore, onde sou membra efetiva pesquisadora. O conjunto da obra objetiva propor reflexões sobre o tema, que acreditamos pertinente diante da crise ambiental vivenciada no Brasil e no mundo. Desde a sua edição, em novembro de 2017, até o momento, o livro e as obras que o ilustram participaram de um vasto circuito de exposições e lançamentos - da Universidade de Framingham, nos Estados Unidos até livrarias em Belo Horizonte, Governador Valadares e São Paulo. Ongs, Institutos, Escolas, Universidades, Fórum Social Mundial, em Salvador, Feiras internacionais do livro - São Paulo e Buenos Aires - também fizeram parte do circuito. Em abril de 2018, o livro ilustrado foi contemplado com o selo de “Altamente Recomendável” pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ.

projeto gráfico, muito além da diagramação

O projeto gráfico elaborado pela Tuia Comunicação para a coleção Conversas com o rio Doce considerou seu uso como ferramenta de aprendizado, ensino e também de pesquisa.

Pensando na unidade visual, as obras da artista Edileila Portes da capa, foram o ponto de partida para criar esse ambiente. As cores foram extraídas das telas. Os elementos gráficos em destaque no rodapé, e também em alguns tópicos, remetem às ondas ou movimentos das águas do rio Doce.

A proporção das páginas, o tamanho das fontes utilizadas no texto, bem como a cor, tanto facilita a leitura em meios eletrônicos como a impressão, visto que o formato da página (folha A4) é comum em impressoras e fotocopiadoras pequenas, presentes na maioria das escolas. E, sendo nesse formato, sua encadernação torna-se mais prática para ser utilizada em rodas de conversas e distribuídos entre alunos.

A disposição do texto foi pensada de uma forma fluida, remetendo às curvas do percurso do rio Doce. Com os recuos de texto e imagens, criam-se também espaços para anotações complementares de professores e alunos.

Esse projeto aproxima a forma da diagramação do conteúdo dos Cadernos Temáticos com a intenção de trazer uma experiência de leitura e aprendizado mais agradáveis.



C766h Espíndola, Haruf Salmen

Histórias antigas do rio Doce [livro eletrônico] : caderno temático 2 / organização Maria Celeste Reis Fernandes de Souza, Thiago Martins Santos, Renata Bernardes Faria Campos e Eliene Nery Santana Enes. – Governador Valadares, MG: Univale Editora, 2021.

44 p. : il., mapas color. – (Conversas com o Rio Doce; 2)

Projeto: Relação com o saber e Educação Ambiental: uma pesquisa com estudantes em tempo integral

ISBN 978-65-87227-15-3 (on-line).

1. Rio Doce – Minas Gerais – História. 2. Barragem de minério – Desastres ambientais. I. Título. II. Série.

CDD 981.51

PROJETO GRÁFICO

Tuia Comunicação

tuiacomunicacao@gmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Dr. Geraldo Vianna Cruz (UNIVALE)

REVISÃO

Maria Elizabeth Rodrigues

CONTATO

Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território (PPG-GIT)

territorio@univale.br



Rios sem discurso

Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
e mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.

O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muitas águas em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.

(João Cabral de Melo Neto, A educação pela pedra, 1996).



sumário

Apresentação	7
Um Dedo de Prosa	11
Abrindo a Prosa	12
No Fio da Prosa	22
Outras Prosas	29
Amarrando a prosa.....	39
Referências	47
Sobre os Autores	47



apresentação

Caro (a) Leitor (a),

Este caderno é parte da coletânea “Conversas com o rio Doce”, e esperamos que ele possa render boas conversas para diferentes pessoas e grupos que tenham como propósito compartilhar aprendizagens e saberes sobre o rio e com o rio.

A elaboração deste material é fruto do projeto “Relação com o saber e Educação Ambiental: uma pesquisa com estudantes em tempo integral”**, que tomou o rio Doce como objeto de saber. Os (as) estudantes que participaram da pesquisa trouxeram um mosaico de saberes e manifestaram diferentes desejos de aprendizagem sobre esse rio, antes e depois do rompimento da barragem de Fundão, localizada no município de Mariana, na Região Central de Minas Gerais.

Como moradores de Governador Valadares, cidade mineira localizada às margens do rio Doce, e vivendo os processos desencadeados pelo rompimento da barragem de Fundão, cujos rejeitos de minério atingiram toda a bacia, constatamos que os desejos de aprendizagem dos (as) estudantes ecoavam os nossos desejos e inquietações e, de certo modo, da população valadarense e de outros grupos e populações que vivem ao longo da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

Em um outro movimento de pesquisa, que se propõe a “cartografar territórios educativos em bairros de Governador Valadares***”, passamos também a compreender o rio Doce como um território educativo. É um rio que nos ensina pelas memórias, pelas relações ecológicas, pelos posicionamentos cidadãos aos quais somos convocados em sua defesa, de modo particular no cenário do rompimento da barragem de Fundão.

Assim, esta coletânea pretende contribuir para que o rio Doce se torne parte de uma prosa educativa que propicie aprendizagens e que se alie a outras vozes, ecoando a denúncia sobre esse desastre, em pleno curso, e suas consequências ambientais e sociais.

A coletânea é um exercício interdisciplinar que contou, em sua elaboração, com os fios da escrita de pessoas ligadas à Agroecologia, às Artes, à Biologia, à Comunicação, ao Direito, à Engenharia, à História, à Matemática, à Psicologia, à Pedagogia, à Química... porque “um rio precisa de muito fio de água para refazer o fio antigo que o fez”, como lembra o poeta João Cabral de Melo Neto. E é justamente devido à di-



A barragem, de responsabilidade da mineradora Samarco/Vale-BHP, rompeu-se no dia 5 de novembro de 2015, despejando aproximadamente 55.000.000m³ de rejeitos de minério na calha do rio Doce, que se espalharam por cerca de 600 km do rio, até chegarem ao litoral do Espírito Santo.

** Apoio: CNPq (Universal 2016/1); UNIVALE; FAPEMIG.

*** Apoio: FAPEMIG (Universal 2018); UNIVALE.



versidade de olhares que, nos diferentes cadernos desta coleção, os (as) autores (as) usam termos distintos para se referirem ao rompimento da barragem e suas consequências, quais sejam desastre, crime, tragédia, desastre-crime, desastre sociotécnico, desastre socioambiental. Esse grupo plural se une em defesa do rio Doce, do seu ecossistema e das populações atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Cadernos Temáticos

1. Histórias do rio Doce

Haruf Salmen Espíndola.

2. Histórias antigas do rio Doce

Haruf Salmen Espíndola.

3. Memórias do rio Doce

Patrícia Falco Genovez

José Luiz Cazarotto

4. Rio Doce: nos fios da arte e da memória

Eliene Nery Santana Enes

João Marcos Parreira Mendonça

5. Comunidades tradicionais no médio rio Doce

Maria Terezinha Bretas Vilarino

Bianca de Jesus Souza

João Vitor de Freitas Moreira

6. Áreas Protegidas e Unidades de Conservação

Guilherme Antunes de Souza

Fernanda Morozesky Geber

Renata Bernardes Faria Campos

Nájela Priscila dos Santos Moreira

7. Matas ciliares da bacia do rio Doce: impactos do rompimento da barragem de Fundão

Maria Fernanda Brito de Almeida

Renata Bernardes Faria Campos

8. Peixes da bacia do rio Doce: diversidade e principais ameaças

Eunice Maria Nazareth Nonato

Renata Bernardes Faria Campos

Jacqueline Martins de Carvalho Vasconcelos



9. Conversas sobre reparação de direitos no rompimento da barragem da Samarco

Lissandra Lopes Coelho Rocha

Diego Jeangregório Martins Guimarães

Ilesmy Elisa Gomes Mifarreg

10. Conversas na escola sobre a qualidade da água do rio Doce

Thiago Martins Santos

Ana Luiza de Quadros

11. Conversas entre o rio Doce e as crianças na escola

Karla Nascimento de Almeida

Valdicélio Martins dos Santos

Alessandra Amaral Ferreira

Elizabete Aparecida de Carvalho

Imoyra Rodrigues dos Santos

12. Conversas entre o rio Doce, adolescentes e jovens na escola

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Karla Nascimento de Almeida

Gilda Melo Marques

Edmara Carvalho Novaes

13. Conversas na universidade sobre o desastre da Samarco

Thiago Martins Santos

Maria Gabriela Parenti Bicalho

Wildma Mesquita Silva

Reconhecemos que as conversas com o rio Doce que estabelecemos neste material são a continuidade de tantas outras conversas tecidas no cotidiano por diferentes pessoas, grupos e nas pesquisas. Desejamos que você viva a experiência da leitura e que seja provocado a relembrar suas conversas com o rio Doce e iniciar outras.

Maria Celeste Reis Fernandes de Souza

Thiago Martins Santos

Renata Bernardes Faria Campos

Eliene Nery Santana Enes

(Organizadores)



APOIO

ANA – Agência Nacional de Águas

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

UNIVALE – Universidade Vale do Rio Doce

OBIT – Observatório Interdisciplinar do Território – UNIVALE

LAD – Laboratório de Didática – Pedagogia /UNIVALE

NIESD – Núcleo Interdisciplinar de Educação, Saúde e Direitos – UNIVALE

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Secretaria Municipal de Educação de Governador Valadares a autorização para realizar a pesquisa e a abertura para o desenvolvimento de atividades formativas em Educação Ambiental.

Gratidão e reconhecimento pelo trabalho aos bolsistas de Iniciação Científica da UNIVALE que contribuíram com a primeira pesquisa citada: Giovanni Tavares Neves (Engenharia Civil e Ambiental); Isabela Neto da Silva Paes (Engenharia Civil e Ambiental); Keren Christine Marques Cupertino (Pedagogia); e Rodrigo Felix Ferreira Rezende (Psicologia).



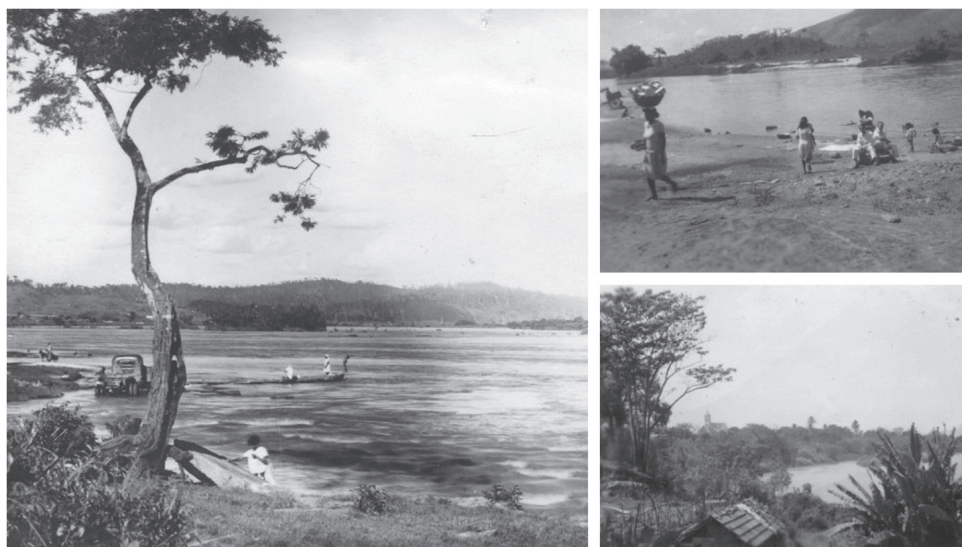


Figura 01. Imagens do rio Doce na década de 1940, em Governador Valadares. Na imagem da esquerda, o rio Doce com o nível da água muito baixo, no qual se vê a margem oposta coberta de floresta; a cena composta de diversas situações chama a atenção: duas mulheres em cima de uma pedra, uma debruçada sobre a bacia, esfregando um pedaço de roupa, observada pela outra mulher; uma criança próxima às mulheres, olhando para a água; na esquerda, um homem lavando um caminhão, mais à esquerda um menino com uma pequena carroça puxada por cabrito, utilizada no transporte de água para consumo, já que não tinha água encanada, e água do rio era vendida em barris, de casa em casa; no primeiro plano uma criança observa alguma coisa numa pedra de formato interessante. Na imagem da direita, na parte de cima, às margens do rio Doce, a cena é composta por várias situações: uma mulher com uma bacia cheia de vasilhas de cozinha, que acabaram de ser lavadas no rio; duas mulheres indo em direção ao rio, uma mulher curvada sobre a água lavando vasilhas e outra lavando roupas; duas pequenas crianças, um menino e uma menina; dois homens sentados numa pedra, fazendo pose para a foto; no canto esquerdo aparece uma lavadeira curvada sobre a bacia de roupas e uma carroça de transportar água em barril. Na imagem da direita, embaixo, aparece a orla do atual bairro São Tarcísio, com a Catedral de Santo Antônio ao fundo, em Governador Valadares. Fonte: arquivo de imagem do Centro de Documentação e Arquivo de Custódia – CEDAC/Univale.

No primeiro caderno, contamos um pouco da história e da geografia do rio Doce. Vimos que a paisagem do rio Doce é resultante do prolongamento dessas serras que contornam e formam sua bacia hidrográfica. Destacamos que o rio Doce tem uma longa história geológica, tendo moldado a paisagem durante centenas de milhões de anos, cavando um profundo fosso que dá à sua bacia hidrográfica um formato particular, sendo que foram os sedimentos transportados por suas águas que aterraram o mar, dando origem ao que hoje é o baixo rio Doce, no Espírito Santo. Também tratamos das características do rio Doce e da grande diversidade de clima, relevo, vegetação e vida silvestre.

Um outro assunto abordado foi o processo de ocupação e os empreendimentos econômicos durante o século XX, de como eles impactaram o ambiente, provocando alterações catastróficas na paisagem. Finalmente, tratamos das populações

indígenas do rio Doce e do antigo mito de que existiriam muitas riquezas, a espera de serem descobertas. Nesse caderno, vamos contar um pouco das histórias antigas do rio Doce, tendo como referência meu livro “Sertão do Rio Doce”, publicado pela EDUSC, em 2005, com o apoio de Sebastião Salgado e Lélia Wanick Salgado, do Instituto Terra, e coedição da Editora da Univale.

abrindo a prosa



Como vimos no primeiro caderno, logo nos primeiros tempos da colonização, no século XVI, o rio Doce despertou o interesse dos portugueses devido a cobiça que se formou acerca de três mitos correlacionados: Vapabuçu, Sabarabuçu e Serra das Esmeraldas. Eles têm relação com a busca do Eldorado, que mobilizou a imaginação dos europeus nos séculos XVI e XVII. Era um tipo de geografia fantástica, pois os nomes indicavam locais de riquezas: Vapabuçu era a “lagoa doutorada”, rica em ouro; Sabarabuçu era uma serra rica em prata; e a Serra das Esmeraldas era repleta de pedras preciosas e ouro.

A primeira entrada dos portugueses no rio Doce foi motivada pela busca da Serra das Esmeraldas. Tudo começou com as conversas de um tal Felipe Guillén, espanhol morador de Porto Seguro, em 1550. Segundo o castelhano, suas informações foram colhidas de índios recém-chegados do interior. Nas suas conversas teria tomado conhecimento de que no interior existia uma serra a qual chamavam Itaberabuçu, que na língua Tupi-Guarani é uma palavra formada pelos termos “Ita” (pedra), “berá” (brilhante/reluzente) e “buçu” (grande). Conforme ouviu, na tal serra que resplandece aparecia muitos pontos verdes cintilantes. Dessa história nasceu o mito da Serra das Esmeraldas, cuja suposta localização levou à serra que divide as bacias hidrográficas do rio Doce e do rio Jequitinhonha, onde hoje são os municípios do Serro, Água Boa e Itamarandiba. Essas conversas perduraram no tempo e funcionaram como motivação para várias gerações se aventurarem pelo Sertão do Rio Doce. Todo mito exagera e nisso tem sua força: segundo os Tupiniquins tal serra despejava nos rios pedras amarelas, em tal quantidade, que os tapuias as usavam para fazer gamelas em que davam de comer aos porcos.

Tapuia é o nome genérico com o qual os povos Tupi-Guarani denominavam os outros povos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê, tal como os Aimorés, cujo nome foi dado pelos Tupis; no século XVIII, esses Aimorés passaram a ser deno-



minados de Botocudos pelos luso-brasileiros, não apenas em Minas Gerais. Nos dois casos está presente um significado pejorativo. O primeiro livro que mencionou os Aimorés foi escrito por Pêro de Magalhães Gandavo, historiador e cronista português, publicado em Lisboa, no ano de 1576 (“História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil”). Assim escreve Gandavo, conforme edição publicada pelo Senado Federal, em 2008: “Chamam-se aimorés, a língua deles é diferente dos outros índios, ninguém os entende...”; também informa que eles, “nem têm casas nem povoações onde morem, vivem entre os matos como brutos animais” (p. 41); “são mui feroz e cruéis, não se pode com palavras encarecer a dureza desta gente” (p. 42); “mais ferozes, e de menos razão” (p. 148).¹ Esse sentido negativo se manteve com o nome botocudo, termo, que tanto como substantivo, quanto adjetivo, tem um sentido depreciativo, indicando grosseiro, ignorante, atrasado, preguiçoso.

Portanto, ao denominar os povos que não falavam línguas do tronco Tupi-Guarani de tapuia, os Tupis estavam afirmando que esses povos não eram completamente humanos, mas cruéis e ferozes como os animais, à semelhança do termo bárbaro usado pelos gregos para os povos que não consideravam civilizados. No caso dos Aimorés, eram diferentes grupos que habitam da Bacia Hidrográfica do Rio Doce até o centro-sul da Bahia, dominando o interior e, com certa frequência, desciam até o litoral para atacar as povoações dos Tupiniquins. Esses ataques continuaram a ocorrer, quando se formaram as capitanias de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo, sendo atribuído a eles o fato das capitanias não terem prosperado.

Os Tupiniquins, percebendo a ambição dos portugueses em achar metais preciosos, com suas histórias da serra que despejava ouro nos rios, não deixam de ter uma segunda intenção, ao ver na aliança com os portugueses uma oportunidade de fazer guerra aos inimigos Aimorés. Pêro de Magalhães Gandavo foi o primeiro que mencionou o assunto da Serra das Esmeraldas. Em sua obra, Gandavo trata do estabelecimento dos portugueses na América, bem como dos usos e costumes dos gentios (índigenas) e das qualidades das plantas e animais da nova terra. Também menciona a história de que em Porto Seguro, índios vindos do sertão deram notícia de umas pedras verdes que havia numa serra muitas léguas pela terra dentro e mencionavam uma serra “formosa e resplandecente”.

1 GANDAVO, Pêro de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil; História da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008, p. 41. Pêro de Magalhães Gandavo havia escrito uma versão muito mais completa, com o título de “Tratado da Terra do Brasil”, porém publicado somente em 1826. Na época, somente se publicava com a devida autorização real e, provavelmente, foi por esse motivo que a segunda versão completa na obra de Gandavo não foi publicada, no século XVI, mas dois séculos depois. Na época havia muito cuidado para não passar informações que pudessem servir aos interesses de outros países europeus, que se aproveitariam das informações para tentar se apoderar das conquistas portuguesas. Disponível na Biblioteca do Senado <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188899/Tratado%20da%20terra%20do%20Brasil.pdf>.





Figura 02. Gandavo, Pero Magalhães de. História da provincia Santa Cruz que vulgarmente chamamos Brasil. Lisboa: na officina de António Gonsaluez: vendense em casa de João Lopez, 1576. Edições catalogadas na página do NEHiLP – Núcleo de Apoio à Pesquisa em Etimologia e História da Língua Portuguesa, da Universidade de São Paulo. Grupo de pesquisas Humanidades Digitais. Projeto de Pesquisa Histórias do Brasil. Disponível em: <https://nehilp.prp.usp.br/~nehilp/HD/HB/gandavo.html>. Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal. Capa disponível em <https://purl.pt/121/1/index.html#/5/html>. Exemplar completo do livro digital fac-simile disponível em: <http://purl.pt/121>.

O padre Jesuíta Jácome Monteiro, na obra que escreveu com o título Relação da Província do Brasil, publicado em 1610, referiu-se ao rio Doce como caminho que conduziria às esmeraldas dos Mares Verdes, “tão nomeado e nunca de todo descoberto”. Segundo o jesuíta: “Havê-las é certo, e um sacerdote me disse, que a elas foi, haver naquela paragem muitas serras de cristal, dentro do qual se acham finas esmeraldas, das quais vendeu duas por bom preço; no que lhe podemos dar crédito”.²

Tomé de Souza, primeiro governador-geral nomeado pela Coroa Portuguesa, cargo que exerceu de 1549 a 1553, determinou o descobrimento dessa serra, que outros já pensavam em ir procurar por conta própria. A primeira entrada, no entanto, somente iria acontecer em 1554, comandada por Francisco Bruza de Espinosa, castelhano que foi contratado para tal missão. Com treze brancos e vários índios Tupini-quim, seguiu para o interior e esteve nas cercanias de Diamantina. O padre jesuíta, basco de origem, João de Azpilcueta Navarro, fluente na língua Tupi-Guarani, foi encarregado de acompanhar a expedição de Espinosa, representando a Igreja. Ele descreveu o ambiente do sertão como lugar hostil e “intratáveis a pés portugueses”. A entrada de Espinosa teve resultado nulo quanto às riquezas, mas ele deu notícias sobre a existência, conforme informações colhidas dos índios do sertão, de minas

2 A citação completa e trechos da obra do padre jesuíta Jácome Monteiro podem ser lidos em: OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo. 3ed., Vitória: Arquivo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Cultura, 2008, p. 147.



de ouro e prata. Assim foi se reforçando a ideia de que existiria um lugar no qual se poderia extrair muitas riquezas.

No governo-geral de Mem de Sá (1558 a 1572), esse determinou várias entradas nos sertões das capitanias de São Vicente (São Paulo) e de Porto Seguro, em busca de ouro e pedras preciosas. Segundo Pero de Magalhães Gandavo³, Mem de Sá determinou a entrada de Martim Carvalho, em 1567, para encontrar a Serra das Esmeraldas. Ele partiu com uma comitiva de cerca de 50 a 60 portugueses e alguns índios, vasculhando durante oito meses o interior da capitania de Porto Seguro, percorrendo as serras divisoras das bacias dos rios Jequitinhonha, Doce, Mucuri e Cricaré (atual rio São Mateus). Ele chegou à região onde mais tarde se encontraram as pedras que o bandeirante paulista Fernão Dias acreditou ser esmeraldas, nos limites das bacias do rio Doce e do Jequitinhonha; voltou pelas serras que dividem as bacias dos rios Mucuri e Cricaré, retornando ao litoral por esse último, cuja foz é na atual cidade de Conceição da Barra, no norte do Espírito Santo. Sobre a entrada de Martim Carvalho, Gandavo escreve em “Tratado da Terra do Brasil” (Brasília: Edições do Senado Federal, Vol. 100. p. 76):

Acharam pelos matos muita canafístula [tipo de árvore], e por este caminho acharam outros muitos metais que não conheceram, **nem podiam esperar pelas guerras dos índios que se alevantaram** contra eles. Alguns índios lhes deram notícia segundo a menção que faziam que **podiam estar cem léguas da serra das pedras verdes que iam buscar, e que não havia muito dali ao Peru**, finalmente que com os amigos que recreciam [receavam] e pela gente que adoecia tornaram-se outra vez em almadias por um rio que se chama Cricaré, onde se perdeu numa cachoeira a canoa em que vinham os grãos de ouro que traziam pera mostra. Nesta viagem gastaram oito meses, e assim desbaratados chegaram a esta Capitania de Porto Seguro (Grifo nosso).

Na citação destaquei duas passagens que chamam a atenção do leitor: primeiro o fato de que a expedição de Martim Carvalho encontrou resistências de índios que habitavam os sertões das capitanias de Porto Seguro e do Espírito Santo, ou seja, depararam com os Aimorés, povo que não é de língua Tupi-Guarani. No segundo destaque se constata o total desconhecimento da realidade geográfica da América do Sul. Segundo escreve Gandavo, “índios lhes deram notícia segundo a menção que faziam que podiam estar cem léguas da serra das pedras verdes”. Se considerarmos légua tradicional, que prevaleceu como medida popular no Brasil, e corresponde a 6.600 metros, teríamos para cem léguas o equivalente a 660 quilômetros. Em seguida o texto diz: “não havia muito dali ao Peru”, ou seja, afirma que o Peru, no Império Inca, onde os espanhóis encontram enormes riquezas em metais preciosos, ficaria bem próximo. Essas entradas eram uma aventura no completo desconhecido, pois além de desconhecerem completamente as distâncias, tinham que enfrentar um ambiente absolu-

3 “Tanto que os moradores desta capitania disto foram certificados, fizeram-se prestes cinquenta ou sessenta portugueses com alguns índios da terra e partiram pelo sertão dentro com determinação de chegar a esta serra onde estas pedras estavam. Ia por capitão desta gente um Martim Carvalho, que agora é morador da Bahia de Todos os Santos...” Cf. GANDAVO, Pêro de Magalhães. Op. Cit., p. 45.



tamente diferente de tudo que conheciam.⁴ Por isso, só era possível se aventurar nos sertões em busca das supostas riquezas se tivessem a ajuda dos Tupiniquins.

O governador-geral seguinte, Luís de Brito e Almeida (1572-1577), determinou diversas entradas pelo sertão, mas a que foi melhor organizada coube a Sebastião Fernandes Tourinho, descendente do primeiro donatário de Porto Seguro, Pero de Campos Tourinho. Em 1573, Fernandes Tourinho partiu de Porto Seguro com sua comitiva de 400 homens, a maioria era Tupiniquim. Navegaram pela costa até a foz do rio Cricaré (hoje rio São Mateus), por onde seguiram de canoas. Os Tupiniquins eram construtores e exímios canoeiros, com suas canoas denominadas de pirogas, que fabricavam a partir de um único tronco de árvore. Depois de entrar por um afluente do rio Cricaré, que vinha da direção sul, foram até onde foi possível navegar, deixando as canoas e continuaram a pé, atingindo a lagoa Juparanã, que navegaram até o objetivo que era o rio Doce. A comitiva subiu o rio Doce e entrou pelo rio Suaçuí Grande, que segue na direção noroeste. Fernandes Tourinho e sua comitiva foram os primeiros a navegarem o rio Doce, considerando a época história (após 1.500, que é o ano do descobrimento do Brasil por Cabral), visto os botocudos não conhecerem a navegação.

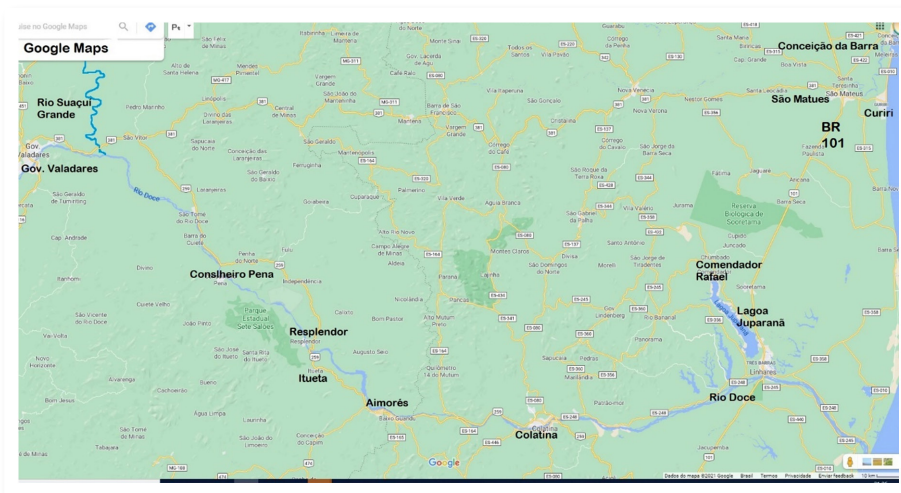


Figura 03. A foz do rio Cricaré (atual São Mateus) fica onde hoje é a cidade de Conceição da Barra. O afluente que vem da direção sul é o rio Mariricu, que corre entre os municípios de São Mateus e Guriri. Tendo como referência a BR 101. Até a Lagoa Juparanã, na sua ponta norte, onde fica Comendador Rafael, são cerca de 100 quilômetros. Considerando as rodovias que ligam Linhares a Governador Valadares, que correm margeando o rio Doce, seriam cerca de 300 quilômetros até a foz do rio Suaçuí Grande. Fonte: Ilustração feita a partir do Google Maps.

Sebastião Fernandes Tourinho explorou as serras que dividem a bacia do rio Doce com a do rio Mucuri, retornou ao rio Suaçuí Grande, vasculhou as serras divisoras com a bacia do rio Jequitinhonha, seguindo até encontrar condições para navegar o rio Jequitinhonha, por onde retornou até o mar. Fernandes Tou-

4 Para se ter uma ideia da distância, de Belo Horizonte a Lima, capital do Peru, são 3.639 km em linha reta, ou 4.976 km se for de carro.

rinho foi o primeiro português que passou pelo território do atual município de Governador Valadares e explorou mais demoradamente a bacia do rio Doce. O resultado, no entanto, foi nulo, pois não se encontrou ouro nem pedras preciosas, pois as amostras que levou das serras que explorou não eram esmeraldas, mas pedras coradas sem valor.



Figura 04. Piroga foi uma canoa introduzida pelos luso-brasileiros e muito comum nos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, até meados do século XX. A piroca é uma canoa feita de um único tronco de madeira, conforme tecnologia Tupi-Guarani. Embaixo, à direita, temos um registro fotográfico do início do século XX, no qual se vê atracadas em um porto de canoas uma embarcação menor e outra de grande extensão, que normalmente servia para transporte de cargas. Embaixo, à esquerda, está uma canoa utilizada até os anos de 1960, de nome Baleia, que pertenceu à família cuja propriedade ficava às margens do rio Doce, próximo ao bairro Vila dos Montes, no município de Governador Valadares. Na parte de cima estão os registros fotográficos da piroga que se encontra em exposição na praça da cidade de Matias Lobato; ela foi encontrada no rio Suaçuí Grande, embaixo da ponte que liga as cidades de Matias Lobato e Frei Inocência. Fonte: Imagem do antigo porto de canoas, autor desconhecido, publicado no jornal Geraís, Belo Horizonte, setembro de 1978, p. 1; imagem da canoa encontrada em Governador Valadares foi feita por Haruf Salmen Espindola; em relação à canoa de Matias Lobato, a imagem da canoa, à direita, foi feita por Haruf Salmen Espindola; a imagem à esquerda é do site Minas, Turismo, do Governo de Minas Gerais, disponível em <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/mathias-lobato/canoa-velha>.

O Governador Luís de Brito e Almeida, após o relato de Fernandes Tourinho, de imediato determinou a realização de outra entrada. Em 1574, Antônio Dias Adorno, com 150 portugueses, 400 índios e dois padres jesuítas, entrou pelos sertões e achou sinais de Tourinho e amostras de minerais preciosos. Só que diferente da expedição de Fernandes Tourinho, Adorno e parte da comitiva não retornou pelo rio Jequitinhonha, mas prosseguiu pelo sertão na direção do rio São Francisco, sabidamente populoso de povos indígenas, de onde regressou com 7.000 índios cativos para serem vendidos como escravos. No governo de Luís de Brito e Almeida encerrou o que se denomina de ciclo baiano das entradas no sertão, em busca das esmeraldas e do ouro. Entretanto, não se abandonou a meta de encontrar as riquezas da serra



resplandecente, apenas se mudou o ponto de partida de Porto Seguro para Vitória, no Espírito Santo, ganhando ainda mais destaque o rio Doce, como caminho que conduziria às esmeraldas dos Mares Verdes.

O donatário da capitania do Espírito Santo, o fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, enfrentou vários contratemplos e teve que superar dificuldades extremas para se estabelecer e fundar sua capitania, somente conseguindo graças ao apoio recebido dos Tupiniquins, de quem adquiriu muitos dos hábitos que foram condenados pela Igreja. Ao desembarcar da caravela Glória, junto com 60 homens, em 23 de maio de 1535, fundou a Vila do Espírito Santo (atual cidade de Vila Velha). Sem o apoio dos Tupiniquins não teria conseguido se estabelecer no litoral nem superar os ataques de franceses e holandeses, bem como dos temidos Aimorés (que no século XVIII foram denominados de Botocudo), provenientes do interior. Para aumentar a segurança, em 1551 fundou a Vila Nova do Espírito Santo, cujo nome foi alterado para Vitória, em referência à vitória conseguida por Vasco Fernandes contra os Goitacás, etnia indígena que não pertencia ao tronco linguístico Tupi e que controlava a maior parte do litoral, entre as atuais cidades de Campos dos Goitacazes (Rio de Janeiro) e São Mateus (Espírito Santo). As vitórias contra os Aimorés e, principalmente, contra os Goitacás, não foram apenas dos portugueses, mas também dos Tupiniquins, que assim se estabeleceram no litoral. A capitania do Espírito Santo tinha duas vilas genuinamente portuguesas e as outras majoritariamente Tupiniquins, nas quais os padres Jesuítas, liderados pelo padre José de Anchieta, realizavam o trabalho de catequese e civilização dos índios.

A capitania do Espírito Santo, mesmo tendo poucos recursos e depois de tantas dificuldades, conseguiu se estabilizar. As notícias de que haveria muitas riquezas minerais no sertão da capitania, além das serras que separam o litoral do interior (região serrana capixaba), funcionaram como atrativos para que novos colonos se estabelecessem no Espírito Santo, na esperança de conseguir prosperidade. Em carta régia de 10 de dezembro de 1572, criou-se um segundo governo-geral denominado de Repartição do Sul, que iniciava na capitania de Ilhéus e abrangia todas as capitanias ao sul, cuja sede era o Rio de Janeiro. Em 1596, o governador da Repartição do Sul, o fidalgo Dom Francisco de Sousa, que antes tinha sido governador-geral em Salvador, mandou de São Paulo e do Espírito Santo expedições em busca das “montanhas resplandecentes”.

A mais conhecida foi o bandeirante Diogo Martins Cão, cujo apelido era “matador de negros”, que em São Paulo era o nome que se davam aos indígenas, negros da terra, que eram escravizados. Ele seguiu o roteiro de Fernandes Tourinho, auxiliado pelo bandeirante paulista Martins Francisco Proença, que trouxe 200 arqueiros Tupiniquins (índios sagitários), mas nada encontrou em dois anos de busca pelo sertão. Dom Francisco de Sousa, determinado em descobrir o ouro e as esmeraldas, promoveu outras entradas e esteve pessoalmente por dois meses, em 1598, na vila de Vitória.



No arquivo do Conselho Ultramarino em Lisboa, na documentação relacionada ao ciclo espírito-santense, tem autorizações para as entradas no sertão, fornecimento de índios sagitários para garantir a segurança, fornecimento de munição e de recursos financeiros para as expedições, comprovando o interesse da Coroa portuguesa de que se entrasse pelo rio Doce em busca do ouro e das esmeraldas. Na documentação são muitas as referências às supostas minas que existiriam na Serra das Esmeraldas e que apenas tinha faltado sorte, mas elas seriam achadas e os rendimentos pagariam muitas vezes os gastos que estavam sendo feitos.

Em 1612, ocorreu a entrada de Marcos de Azeredo em busca do “país das esmeraldas”, provavelmente acompanhado de seus filhos do mesmo nome. A viagem também seguiu o roteiro de Fernandes Tourinho, entrando pelo rio Doce. Em seu relato, ele teria chegado por terra à lagoa da Água Preta e atingido a serra das Esmeraldas. Ele trouxe consigo amostras de pedras reconhecidas como esmeraldas, porém de qualidade inferior. Levadas ao soberano, não lhe renderam a recompensa desejada, fazendo-o abandonar as explorações acertadas com o governo e a não revelar o lugar onde teria encontrado as amostras de pedra.

Em 1634, os jesuítas realizaram uma entrada no rio Doce sob a direção do Pe. Inácio de Siqueira. Queriam descobrir as minas e livrar-se da dívida de 150.000 cruzados que onerava a província da Bahia. Obtiveram a licença do Governador Diogo Luís de Oliveira para dar prosseguimento à descoberta de Marcos de Azeredo. Entraram pelo sertão, mas os membros da comitiva se apavoraram quando se depararam com sinais da presença de muitos Aimorés e obrigaram os padres a regressarem.

Em 1646, a Coroa mandou os filhos de Marcos de Azeredo, Domingos e Antônio, acompanhados por padres jesuítas numa entrada para encontrar as “terras das esmeraldas” e colocarem em descoberto a “opulência escondida”. Partiram de Vitória, com 37 brancos e 150 índios Tupiniquins, em 25 canoas (pirogas), porém como todas as outras, regressaram sem nada. Entre 1659 e 1663, quando estava no governo-geral, Correia de Sá e Benevides, promoveu várias entradas, porém todas sem sucesso. Diante dos sucessivos fracassos, o Rei de Portugal escreveu aos potentados de São Paulo (bandeirantes), solicitando ajuda para a entrada de Agostinho Barbalho Bezerra, que havia sido governador do Rio de Janeiro (1660-1661). Em 1666, ele partiu com uma pequena comitiva, percorrendo as “matarias do rio Doce”, mas encontram somente a morte, sendo ignorada a causa, pois o que se sabe é que os poucos sobreviventes somente conseguiram retornar ao litoral do Espírito Santo no final de 1667.

O herdeiro de Vasco Coutinho vendeu a capitania do Espírito Santo por 40.000 cruzados, em 1674. Francisco Gil de Araújo, o novo donatário, estava interessado em encontrar as minas de esmeraldas e sua primeira providência, em 1675, foi embarcar expedição já autorizada do capitão-mor José Gonçalves de Oliveira à região do rio Doce, apoiado por 150 índios sagitários (Tupiniquim), enviados pelo governador do Rio de Janeiro. Entretanto, depois de quase 100 anos de esforço do ciclo espírito-santense, o único resultado foi o fracasso, exceto alguns casos em que se trouxe-



ram amostras, porém de pedras sem valor. As causas do insucesso foram diferentes, indo do simplesmente não encontrar nada até morte por doenças ou ataques dos Aimorés, ou simplesmente pelo medo de deparar com os Aimorés, como sucedeu com a comitiva dos padres jesuítas, em 1634, formada basicamente por Tupiniquim.

Mesmo os dois séculos de fracasso das entradas não foram suficientes para fazer esmorecer a esperança de encontrar as riquezas minerais. Os que retornavam dos sertões diziam ouvir ou ver maravilhas, como serras de pedras semelhantes a turquesas, pedreiras de esmeraldas e safiras, montanhas de cristais verdes e vermelhos, ouro em quantidade. Tudo isso reforçava o mito das riquezas do Vapabuçu do ouro, Sabarabuçu da prata e da Serra das Esmeraldas. Entretanto, vai mudar o roteiro, pois o Rei de Portugal desiste das entradas pelo rio Doce e resolve contratar o bandeirante paulista Fernão Dias Pais.

No final do século XVII, no entanto, a Coroa Portuguesa abandonou as entradas pelo Rio Doce e apostou na experiência acumulada pelos bandeirantes paulistas na preação (fazer prisioneiro, capturar, aprisionar) de artesãos e agricultores Guaranis que habitavam nas povoações administradas pelos padres jesuítas na bacia do rio do Prata, região que corresponde à fronteira do Rio Grande do Sul e Argentina (Região das Missões). Na verdade, os bandeirantes paulistas já percorriam o sertão, antes mesmo dessas expedições de preação dos Guaranis para trabalharem em suas plantações ou para o comércio de escravos indígenas, denominados de “negros da terra”. Quem eram esses bandeirantes paulistas? Darcy Ribeiro, na sua obra “O Povo Brasileiro”⁵, explica que eram o fruto da miscigenação dos portugueses com os Tupiniquins (mamelucos), que está na origem do estado de São Paulo. Portanto, a miscigenação era a regra dos dois primeiros séculos entre os “homens bons”⁶, ou seja, os denominados “potentados paulistas”, que formam a elite poderosa e dominante na sociedade da época, eram mamelucos cuja base da riqueza e poder era o bandeirantismo.⁷

Para se ter uma ideia do que estamos explicando, um exemplo é a bandeira de 1629 comandada por Antônio Raposo Tavares, que era formada de 69 brancos, 900 mamelucos e dois mil Tupiniquins. Os bandeirantes paulistas conheciam profundamente a natureza e os costumes indígenas, pois eram na maioria mamelucos e tinham esposas indígenas, além da língua falada ser a Tupi-Guarani, chamada de “língua geral” (ou língua brasílica). A língua portuguesa somente passou a prevalecer depois de 1750, quando o primeiro-ministro Marquês de Pombal proibiu a utilização da “língua geral”.

5 RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro. A formação e o Sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbncyZWZsaWRhZGVicmFzaWxlaXJhMjAwMHxneDozNGI2OTY5ZmJmYTE0MzM0>.

6 A expressão “homens bons” passou a ser utilizada em Portugal na Idade Média e no Brasil, desde os primórdios da colonização portuguesa, para indicar os homens da comunidade (povoação, vila ou cidade) que possuíam grandes propriedades e gozavam de distinção e relevância social. No Brasil, eram principalmente os senhores de escravos que eram os chamados homens bons. A expressão ainda se faz presente nos dias atuais, quando se diz que tal pessoa é de “boa sociedade” ou que tal rapaz é de “boa família”.

7 Darcy Ribeiro explica que os bandeirantes, em sua maioria, eram mamelucos (mestiços), de famílias originadas dos primeiros séculos da colonização, no qual os portugueses praticavam a poligâmica (mais de uma esposa), com muitos filhos.



Portanto, o foco dos bandeirantes paulistas estava na preação indígena e não se interessavam pelos mitos das tais fabulosas riquezas minerais. Entretanto, o pedido do Rei de Portugal e a promessa de honrarias seduziram o potentado paulista Fernão Dias Pais, que aceitou a missão de entrar pelo sertão para descobrir a Serra das Esmeraldas. A contratação do bandeirante Fernão Dias também era uma mudança de roteiro, pois no lugar de entrar pelo rio Doce, a partir do litoral, enfrentando todas as dificuldades da floresta tropical, se iria evitar a floresta, entrando pela Serra da Mantiqueira, buscando o lado oposto da floresta, formado por vegetação de campos rupestres, seguindo pelo interior até alcançar o suposto local da Serra das Esmeraldas.

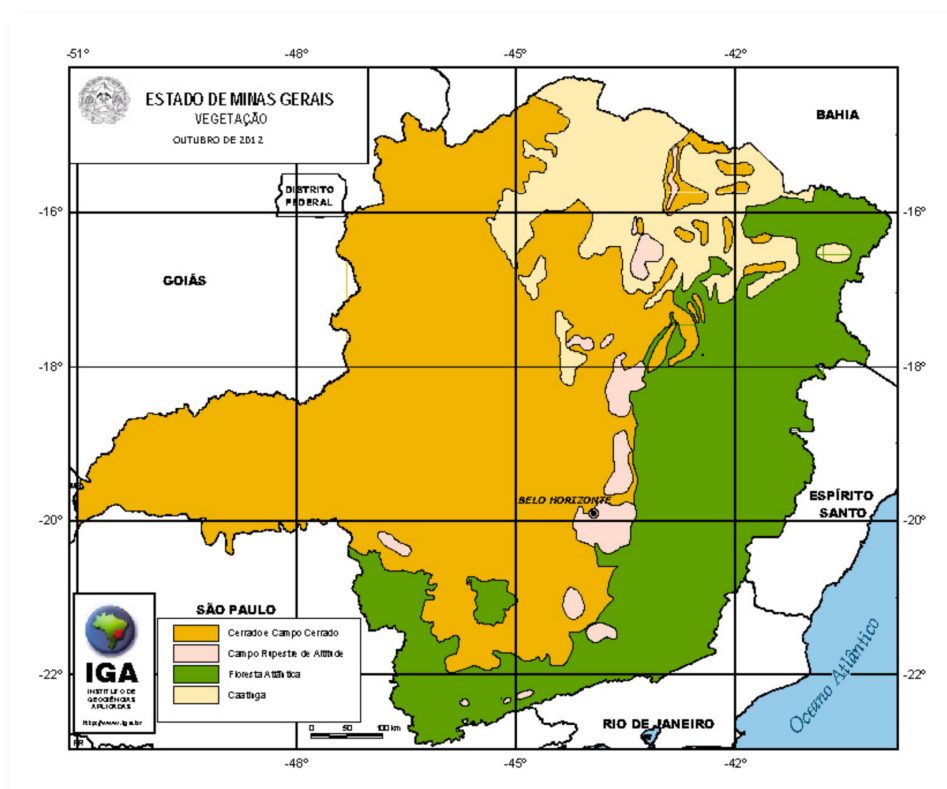


Figura 05. Utilizando o mapa de vegetação do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), autarquia do Governo de Minas Gerais, em vermelho está uma ilustração do roteiro de Fernão Dias Pais, que entrou pela serra da Mantiqueira, seguiu pela serra do Espinhaço, até atingir as serras que dividem as bacias dos rios Doce e Jequitinhonha, por onde penetrou na zona de floresta tropical, buscando as esmeraldas. Entretanto, mesmo evitando a floresta durante o percurso, foi nela que Fernão Dias Pais contraiu malária e acabou morrendo no retorno, próximo ao atual município de Sabará. Fonte: Mapa de Vegetação de Minas Gerais. IGA. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/clima-vegetacao-e-relevo>.

A comitiva partiu em 1674; entrou no atual território mineiro pela Serra da Mantiqueira; avançou por caminhos indígenas até a Serra do Espinhaço e seguiu pela vegetação de campos e cerrados, margeando a floresta tropical pela borda oeste, até a altura em que penetraram nas florestas do Rio Doce. Na serra que separa as bacias

do Rio Doce e do Jequitinhonha os paulistas não encontraram as pedras verdes, mas depois da morte de Fernão Dias em plena mata, em 1781, seguiu-se os primeiros achamentos do ouro de aluvião, nos anos de 1693-1695, nos rios e ribeirões por onde eles haviam passado antes. Com a corrida do ouro, entre 1702 e 1730, se formou o rosário de vilas e arraiais, ao longo da cadeia de montanhas. A Coroa Portuguesa, para proteger a região das minas de ouro do contrabando ou de uma invasão de estrangeiros, proibiu a navegação do rio Doce e decretou como Áreas Proibidas os sertões do Leste, ou seja, impôs penas severas para quem se fixasse ou passasse pela zona de floresta, que ficava entre a região aurífera de Minas Gerais (Oeste) e o litoral do Espírito Santo (Leste).

no fio da prosa

A CONQUISTA DO RIO DOCE



As restrições governamentais de acesso ao rio Doce e ao Leste de Minas, que assim se tornaram Áreas Proibidas, acabaram protegendo a floresta e as populações indígenas. No século XIX, tanto a floresta quanto as populações indígenas atraíram a atenção de cientistas naturalistas europeus e americanos. Vamos apresentar alguns deles, começando pelo botânico, naturalista e viajante francês Saint-Hilaire, que passou pelo Brasil, durante os anos de 1816 a 1822. Assim podemos tratar da “conquista do rio Doce”.

Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) foi um viajante estrangeiro francês que percorreu diversas regiões do Brasil (1816-1822) para estudar o meio ambiente, principalmente a flora, financiado pela França, tendo escrito importantes livros sobre os costumes da população e sobre as paisagens das regiões por onde passou. Ele esteve em regiões que hoje pertencem aos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Goiás, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porém teve um interesse especial por Minas Gerais, pelo rio Doce e pelos Botocudos. Em 1816 conseguiu ingressar na delegação do embaixador extraordinário da França em missão diplomática na Corte Portuguesa, que se encontrava no Rio de Janeiro, desde a transferência de Lisboa, em 1808. De todos os viajantes naturalistas, ele é o mais conhecido, graças à sua obra científica e, principalmente, aos seus relatos de viagem, somando tudo dá cerca de três mil páginas. Esses relatos de viagem ao interior do Brasil, publicados entre 1830 e 1851, foram muito lidos na Europa. No



Brasil, a primeira obra traduzida para o português saiu em 1845, na revista literária *Recreador Mineiro*, que era publicada em Ouro Preto. Três obras interessam muito ao estudo do rio Doce: “*Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*”; “*Viagem pelo Distrito dos diamantes e litoral do Brasil*”; e “*Viagem ao Espírito Santo e rio Doce*”. Todas publicadas pela editora Itatiaia em parceria com a editora da USP, na década de 1970. Tem uma edição mais antiga, da década de 1930, da Companhia Editora Nacional.

Durante suas viagens pelo interior do Brasil, Saint-Hilaire foi acompanhado pelo índio botocudo Firmiano Durains, soldado da Sétima Divisão Militar do Rio Doce (DMRD), que o naturalista conheceu às margens do rio Jequitinhonha, onde hoje é a cidade de Jequitinhonha, em sua primeira viagem a Minas Gerais. Firmiano foi autorizado a acompanhar o naturalista como um ajudante de ordem, tendo feito isso até a partida, em 1822, para o regresso à França. O naturalista Saint-Hilaire convidou Firmiano para seguir com ele para a Europa, como fizera quatro anos antes (1818) o jovem índio Kuêk, que acompanhou o naturalista alemão, príncipe Maximiliano von Wied-Neuwied (1782-1867).⁸ Firmiano se negou a ir para Europa, alegando que sentia falta de seu povo e das matas.

8 Kuêk (Quäck, conforme se encontra na grafia alemã), o jovem índio Botocudo acompanhou e auxiliou o Príncipe Maximilian von Wied-Neuwied no seu trabalho de etnógrafo no Brasil, tanto em relação à língua quanto aos costumes indígenas. Na Alemanha viveu no castelo do príncipe, atraindo a atenção de etnógrafos e professores visitantes, além da curiosidade de adultos e crianças, que o viam como uma atração exótica. O fato de ser estimado e bem tratado não diminuiu a sua solidão. Em 1832, príncipe Maximilian partiu em viagem para América do Norte, para estudar a população nativa. Durante sua ausência Kuêk veio a falecer. Em 1º de julho de 1834, um jornal de Neuwied anuncia: “Morreu Joachim Kuêk, de aproximadamente 34 anos, originário da nação dos botocudos, no Brasil, criado de Sua Alteza o Príncipe Max de Wied”. Em maio de 2011, os restos mortais de Kuêk chegaram na cidade de Jequitinhonha, provenientes da Alemanha. O jornal *Correio Brasiliense*, em 9 de maio de 2011, publicou no seu site: “No próximo domingo, haverá na cidade a cerimônia de transferência dos restos mortais de Kuêk, envolvendo guarda de honra, autoridades alemãs e o prefeito Roberto Alcântara Botelho, que os entregará ao líder da nação crenaque, que dará prosseguimento à cerimônia com rituais próprios e demonstrações de canto e dança. Das diversas nações indígenas mineiras remanescentes das visitadas pelo príncipe Maximilian ao longo do Rio Jequitinhonha, ao menos seis estarão presentes: aranã, crenaque, maxacali, mucurin, pancararu e pataxó.” Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2011/05/09/interna_ciencia_saude,251331/200-anos-depois-restos-mortais-do-indio-botocudo-kuek-voltam-para-casa.shtml. Veja também O PRÍNCIPE E O BOTOCUDO (Parte 7 – última). Índio botocudo acompanha o príncipe e vira sensação exótica na Europa. Publicado no site da Folha do Meio Ambiente, em 2 de dezembro de 2016. Disponível em <https://folhadomeio.com.br/2016/12/botocudo273/>.



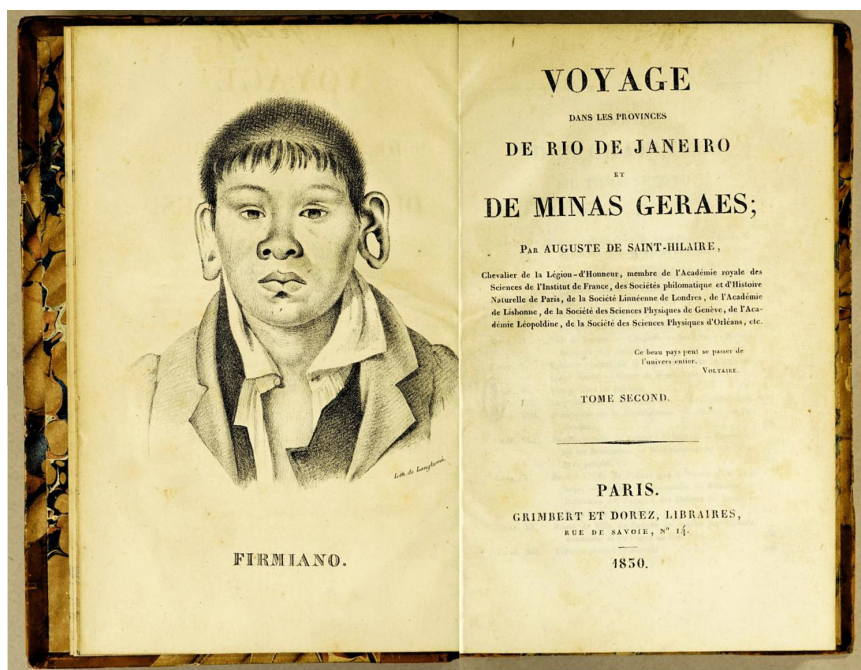


Figura 06. A edição francesa de “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”: Auguste de Saint-Hilaire. Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Paris: Grimbert et Dorez, 1830. Na página da esquerda tem a imagem do índio Firmiano; observe que o desenhista realçou o lóbulo da orelha esquerda para indicar que ele usava o ornamento feito de um pedaço circular de madeira (semelhante a um botoque, tampa de madeira, de onde vem o nome botocudo), porém o orifício para o ornamento de madeira no lábio inferior é bem discreto. Fonte: Disponível em https://archive.org/details/voyagedanslespro02sain_0/page/n11/mode/2up.

Em janeiro de 1826, Firmiano foi acusado de rebelar várias tribos dos botocudos; de induzir os índios a matarem o gado dos fazendeiros; e de espalhar boatos contra os diretores da Diretoria dos Índios (Funai da época), acusando-os de ficarem com muitas coisas que o governo mandava para os índios. Firmiano, que era elogiado pelas autoridades como exemplo de sucesso da civilização e catequese indígena, quando assumiu a liderança do seu povo, passou a ser considerado pelas autoridades governamentais e pelas divisões militares como um “hipócrita perigoso” que não tinha nenhum apoio dos chefes índios. O comandante das Divisões Militares do Rio Doce, Guido Marlière lamentou ter que expatriar um índio que amava, mas era obrigado a fazer isso. Firmiano foi mandado para o degredo de Cuieté (Cuité Velho, atual município de Conselheiro Pena), onde devia pagar por sua rebeldia. Firmiano, ao deixar de ser um “índio manso” para se tornar um “índio bravo”, foi alvo de perseguição e punição, confirmando o ditado de que “índio bom é índio obediente”.

O nome do rio provocou a curiosidade de Saint-Hilaire, que chegou a mencionar em um dos seus livros (“Viagem ao Espírito Santo e rio Doce”) que provou da água do rio Doce, segundo o comentário: “são muito doces e podem ser bebidas”⁹. Saint-Hilaire estava obstinado em conhecer o rio Doce, apesar de temer pelo seu resultado: “não

9 SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Espírito Santo e rio Doce. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974, p. 87.

posso pensar nessa viagem sem estremecer”. O governador do Espírito Santo deu-lhe um salvo-conduto assinado de próprio punho, alegando que o passaporte dado pelo ministro não era suficiente naquela província, porque os soldados conheciam era sua assinatura. Designou-lhe um soldado para servi-lhe de guia, porém quis convencê-lo de desistir da viagem e apresentou um rio Doce “sob as cores mais sombrias”, sendo aquela uma “região deserta”, onde nada poderia encontrar. O governador não cansou de preveni-lo “contra a insalubridade das margens do rio Doce” e todo tipo de doenças. Segundo Saint-Hilaire, o governador teria dito: “O rio Doce é um inferno”¹⁰.

Em 1818, finalmente Saint-Hilaire conheceu de perto o rio Doce, tendo chegado a Linhares no dia 22 de outubro, em pirogas (canoas) conduzidas por soldados do quartel de Regência, que fica na foz do rio Doce. E comenta que o “resíduo da mineração da Província de Minas” atinge o rio Doce e faz suas águas ficarem barrentas e avermelhadas na época das chuvas, tornando impróprias para beber. Saint-Hilaire descreve as margens do rio Doce como sendo planas, cobertas por inteiro de árvores magníficas, que ficavam mais robustas à medida que se afasta da foz e se segue em direção à Minas Gerais, de forma que nada se via “além de uma massa de vegetação quase uniforme”. Na margem sul não viu nenhum sinal de desbravamento, na margem esquerda contou “quatro miseráveis cabanas habitadas por índios civilizados, que haviam derrubado um pouco a mata para poderem plantar mandioca, abóboras e melancias”.¹¹

A jornada subindo o rio Doce em canoas contra a correnteza, com a chegada das chuvas, foi extenuante, mas teria valido a pena. Ele não reclama das chuvas, mas conta que se alegrou que elas finalmente tinham chegado, pois pensava nos “pobres lavradores, que viam com ansiedade o tempo das secas prolongar-se além do comum”.¹² A obra de Saint-Hilaire é importante porque reuniu informações disponíveis naquela época sobre o rio Doce. Pela sua descrição, cerca de 35 quilômetros além da barra do rio Manhuaçu (seria hoje de Aimorés a Resplendor), ficava a cachoeira do Inferno, que só podia ser ultrapassada pelas canoas com auxílio de cordas amarradas e puxadas por homens, ao longo da margem. Por cerca de 60 a 70 quilômetros acima (seria hoje de Resplendor a Tumiritinga), a navegação podia ser feita, mas havia a dificuldade causada pelas muitas pedras que se encontravam no leito do rio Doce. Da corredeira do Eme (Terra Indígena Krenak) até a confluência do rio Cuieté (atual Caratinga), na localidade de Barra do Cuieté, existiriam rochas que facilmente poderiam ser destruídas para facilitar a navegação, mas ficava a corredeira de Cachoeirinha (Tumiritinga), que dificulta a navegação, mas também poderia ser facilmente removida.

O que chama atenção de Saint-Hilaire é que em toda essa extensão nenhum rio importante vinha desaguar no rio Doce, até chegar à confluência do Rio Suaçuí Grande. Ele cita as corredeiras da Ibituruna, que ficam três léguas acima de Cachoeirinha, sendo que elas não interromperiam os canoeiros no tempo das chuvas, mas nas secas

10 Idem, p. 41.

11 Ibidem, p. 87.

12 Ibidem.



constituíam obstáculo. Até este ponto, a descrição de Saint-Hilaire não apresenta erros e a única discrepância em relação a outros documentos do período, até aos da atualidade, é o nome corredeira (cachoeira) de Ibituruna, ao invés de Figueira, usualmente utilizado. A descrição do restante do curso do rio Doce apresenta diversos erros, provavelmente por ter utilizado fontes escritas antigas. Uma indicação disso é a grafia fora de uso de “Maguaris”, no lugar de Baguari, ao se referir à cachoeira existente a três léguas de Figueira. Ele, no entanto, está correto quando afirma que as cachoeiras de “Maguaris” e Escura ofereciam obstáculos muito difíceis de serem vencidos e somente podiam ser atravessados com ajuda de meios mecânicos.

Saint-Hilaire erra ao situar o arraial de Antônio Dias nove léguas acima do rio Santa Bárbara e ao afirmar que essa era “a primeira vila da Província de Minas Gerais que se situa à margem do rio Doce”. Considerando que ele esteve bem próximo de Antônio Dias, ao visitar o distrito de São Miguel do Piracicaba, só podemos atribuir esse erro a uma confusão, ou seja, o rio Piracicaba foi considerado como sendo o rio Doce, visto que os afluentes da margem norte parecem ser a continuação, enquanto ele altera o curso levemente para a direção sul. Na confluência do rio Piracicaba, finalmente o rio Doce vira totalmente o curso na direção sul, enquanto o rio afluente parece ser a continuação.

Para Saint-Hilaire não eram as dificuldades que o rio Doce oferecia à navegação nem mesmo os índios botocudos que impediriam a colonização das ricas terras que ali existiam, mas a insalubridade. Pela primeira vez a questão central que realmente atrasou a ocupação humana do Vale do Rio Doce e preservou sua natureza foi colocada claramente: a malária. Não sabiam a causa da malária e muito menos que era transmitida pelo mosquito. A doença era chamada de “febres intermitentes” e na época acreditavam que era causada pelos miasmas, ou seja, os ares abafados e podres provocados pelos terrenos pantanosos e pelas muitas lagoas ao longo das duas margens do rio Doce. Saint-Hilaire escreveu no seu livro “Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce” (na edição da Itatiaia, de 1974, encontra-se na página 86): “(...) existe um perigo que só numerosos desbravamentos poderiam dominar ou diminuir e que, portanto, subsistirá muito tempo: é a insalubridade de várias regiões vizinhas do rio.” Para o naturalista, a insalubridade era “causada não só por suas águas como pelas de seus afluentes, que, nas estações de chuva, transbordam do leito, formando poças e infetando o ar com vapores perigosos.” Essa era a teoria da doença que prevalecia, ou seja, as doenças eram causadas pelos miasmas. Ele também afirma: “Raramente os que descem e sobem o rio Doce não são atingidos por febres malignas ou intermitentes e estas podem deixar sinais duradouros”.

A causa da insalubridade foi atribuída às “florestas” que sombreavam suas margens, impedindo a ação do sol. Sem poderem evaporar-se rapidamente, as águas das inundações continuariam empoçadas de um ano para outro. Em consequência, era perigoso descer o rio em qualquer estação do ano. Saint-Hilaire recomendou aos desejavam viajar pelo rio Doce que evitassem, tanto quando possível, passar a noite nas canoas ou nas margens do rio, “sem precaução cuidadosa contra o sereno e a umidade”. Aconselhou uma boa alimentação e mandou evitar o ardor do sol nas



vizinhanças do leito do rio, porém não mencionou qualquer preocupação com os mosquitos, exceto o incômodo infernal que causavam, pois naquele tempo nem faziam ideia de que eles eram os transmissores da malária e febre amarela. Em suas palavras: “É incontestável que as terras da Província de Minas Gerais banhadas pelo rio Doce são insalubres, como já disse; é incontestável, também, que, chegando à embocadura do rio, os estrangeiros são quase sempre atacados pelas febres, mas isto é um tributo que somente se paga uma vez; elas cedem, ao que parece, ao menor vomitório”. Naquele tempo se acreditava que limpando o organismo através de vômito ou diarreia induzida por purgativos, laxantes e substância que fizessem vomitar iriam limpar o organismo e restabelecer equilíbrio, ou seja, devolver a saúde.

O próprio Saint-Hilaire vivenciou a situação, pois toda comitiva que viajou com ele pelo rio Doce foi acometida das febres intermitentes (malária), inclusive o botocudo Firmiano. Ao chegar ao porto de Regência, na foz do rio Doce, também ficou sabendo que o soldado Manuel da Costa que lhe servia como tropeiro e estava lhe aguardando, tinha sofrido três acessos da doença. No dia seguinte, Firmiano piorou e ficou prostrado. O criado que acompanhava Saint-Hilaire desde a França, de nome Prégent, havia perdido totalmente a saúde, deixando o naturalista muito preocupado. O soldado que lhe havia sido designado como guia pelo governador, em Vitória, era um botocudo de nome Luís da Silva, que também caiu doente e teve sucessivas recaídas, ficando pior que os outros. O naturalista sem poder afastar-se do rio, tinha receio de também cair na mesma situação, desconhecendo que o mosquiteiro que utilizava para ficar livre das picadas infernais dos mosquitos o protegia da doença.

As provisões estavam quase se esgotando e não havia meios de renová-las. Os soldados do quartel de Regência eram prestativos e dispostos a partilharem o que tinham, mas também lhes faltava quase o necessário. Eles possuíam uma fisionomia amarelada, anêmica, atestando a insalubridade do local que habitavam e a insuficiência de sua alimentação. Viviam da farinha de mandioca, comprada do ribeirão Antônio Martins, e do produto “muito casual” da caça e pesca, principalmente comiam lagartos, tatus e ovos de tartaruga. Para contornar a situação, Saint-Hilaire reduziu a ração diária que se podia consumir de feijão e toucinho, além de participar das caçadas, podendo assim compartilhar dos fracos resultados obtidos delas. A alimentação se restringiu às pequenas porções de feijão com carne de caça, principalmente tatu, mas também de cotias apanhadas pelos soldados pedestres nas armadilhas denominadas de mundéu, cujo gosto Saint-Hilaire achou parecido com o de coelho.

A realidade encontrada pelo naturalista não era nem um pouco auspiciosa, quando se considerava o interesse do governo de Minas Gerais em promover a navegação e o comércio pelo rio Doce. Ele escreveu nas páginas 85-86, do livro “Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce”: “O fato é que, na época da minha viagem, alguns mulatos de Minas Gerais apenas ousavam descer o rio Doce, em pirogas, a fim de comprar sal na Vila de Linhares, deixando aí queijo, toucinho e outros gêneros de suas regiões.” Somente a necessidade de sal, sem o qual não se pode viver, nem criar o gado, é que justificava o esforço, cujo preço segundo Saint-Hilaire era “excessivo” em Minas Gerais. Entretanto, ele não deixava de compartilhar o otimismo dos mineiros em



relação ao futuro do rio Doce, porém o fato da economia do Espírito Santo não ter o que oferecer era um problema.

Para Saint-Hilaire, a unificação das Divisões Militares do Rio Doce sob o comando geral de Guido Marlière, em 1818, e as mudanças na estratégia e posicionamento tático, aumentaram as esperanças de que se iria avançar na ocupação e navegação do rio Doce. Foi nesse ano que a Junta Militar sediada em Ouro Preto, formada pelo Governador das Armas (nome do chefe do exército), pelo Governador de Minas Gerais e outras autoridades, determinou que a cerca de três léguas depois do quartel de Baguari, que havia sido criado em 1808, a Sexta Divisão Militar do Rio Doce estabelecesse um quartel junto à cachoeira de Figueira, com o nome em homenagem ao rei Dom Manuel, o venturoso, responsável pelos grandes descobrimentos e glória de Portugal. Foi esse quartel de Dom Manoel que deu origem ao povoado de Figueira, atual Governador Valadares. A Junta Militar também mandou criar os quarteis de barra do rio Cuieté e outro em Natividade (Aimorés), na divisa com o Espírito Santo, na barra do rio Manhuaçu. Todos ficaram subordinados ao quartel-geral localizado no Cuieté.

As divisões militares, principalmente as três que ficam ao longo do rio Doce (quarta, primeira e sexta divisão) tinham os seguintes objetivos: apoiar a navegação fluvial, auxiliar na transposição das cachoeiras, patrulhar as margens de um a outro quartel e socorrer os canoieiros; atrair os índios com ferramentas e roças plantadas, buscando fazer com que abandonassem o nomadismo e a vida de caçadores; e promover a catequese e civilização dos índios, fazendo com que se tornassem aliados na colonização e navegação do rio Doce. Patrulhas militares deviam garantir o funcionamento regular dos correios; vigiar o rio Doce e seus afluentes; desembarcar e explorar as matas vizinhas às margens; recolher o máximo de informação, localizar os pontos frequentados pelos índios e garantir a segurança contra seus ataques.

Um quartel de grande importância era o da barra do rio Mombaça, pertencente à Quarta Divisão Militar do Rio Doce, porque estava incumbido de patrulhar o rio acima, até o quartel da foz do rio Belém, e rio abaixo, até o quartel da foz do rio Casca, porque era nesse trecho que os índios botocudos passavam o rio Doce para atacar as frentes de colonização que correspondem às atuais localidades de Dionísio, Marliéria, São Domingos do Prata, chegando até próximo a Mariana. O rio Doce, em 1818, tinha suas margens do rio Doce guarnecidas por 203 praças das divisões militares, entre a barra do rio da Casca e a cachoeira das Escadinhas (Aimorés), onde ficava o quartel de Lorena. A Terceira Divisão Militar do Rio Doce, cujo quartel-geral ficava em Abre Campo, formou uma linha de cooperação com a quarta e quinta divisão, controlando os afluentes do lado direito do rio Doce, enquanto a Quinta Divisão Militar do Rio Doce, cujo quartel-geral ficava em Peçanha, controlou toda a região do rio Suaçuí Grande, afluente da margem esquerda. Todas essas divisões (primeira, terceira, quarta, quinta e sexta) somavam 355 militares, cuja missão era garantir a segurança da navegação do rio Doce e apoiar a colonização das terras pelos luso-brasileiros.

Uma das ordens mais difíceis cumpridas pelas divisões militares foi a tarefa de transportar os equipamentos para a siderúrgica que o francês Jean-Antoine Felix Dissan-



des de Monlevade iria construir, que hoje é a cidade de João Monlevade. Naquela época já se conhecia e explorava o minério de ferro para produzir ferro gusa com uso de carvão vegetal das florestas do rio Doce. A siderúrgica de Monlevade começou a ser construída em 1828, no distrito de São Miguel do Piracicaba, e foi o único projeto siderúrgico de porte considerável, até o final do século XIX. Todos os equipamentos tiveram que ser transportados da foz do rio Doce até onde hoje é João Monlevade, cerca de 600 quilômetros rio acima, até uma altitude de mais de 700 metros acima do nível do mar. Isso só foi possível porque a Sexta Divisão Militar do Rio Doce, encarregada da missão, recebeu apoio de muitos índios botocudos e da primeira e quarta divisão militar.

Dom Manoel de Portugal e Castro, governador de Minas Gerais entre 1814 e 1821, resumiu assim a missão das divisões militares: “engrandecer os nossos limites” e assegurar a navegação do rio Doce, deixando claro que era preciso conquistar o território aos índios. Suas palavras resumem o que ocorreu na primeira metade do século XIX, o rio Doce foi conquistado e ocupado pelas Divisões Militares, criadas com esse objetivo pelo príncipe regente Dom João, em 13 de maio de 1808. Passados 100 anos, os povos nativos de língua botocudo tinham se misturado e formado com os brasileiros a população do Vale do Rio Doce, com alguns poucos ainda vivendo como índios em aldeamentos criados pelo governo. Uma exceção era os Krenak, pertencente à nação dos Gutkrak, que ainda viviam livres, às margens do rio Doce, na bacia do rio Eme, afluente do rio Doce. Todavia, isso também iria mudar e, em 1920, eles também estavam reduzidos a viverem na terra indígena que o governo de Minas Gerais demarcou para eles; e para onde levou os outros poucos sobreviventes de outros grupos botocudos, já que os aldeamentos existentes foram fechados.

outras prosas



O século XIX foi o auge das expedições geográficas, principalmente direcionadas a explorar os continentes africano e americano, tanto de cunho científico quanto artístico, realizadas por europeus e norte-americanos. Brasil é um dos países mais procurados, tendo o rio Doce despertado muito interesse. Em outras prosas vamos contar a aventura de dois naturalistas europeus que viajaram pelo rio Doce no final do século XIX. O primeiro é o jovem inglês de 22 anos William John Stead; em seguida vamos apresentar a viagem da princesa Teresa Carlota Mariana Augusta da Baviera (um estado da Alemanha), que aos 38 anos conheceu o rio Doce.



NATURALISTAS EXPLORADORES DO RIO DOCE

Além de Auguste de Saint-Hilaire, outros viajantes estrangeiros naturalistas interessados na flora, fauna, geologia, etc. visitaram o rio Doce, tais como o alemão Georg Freyreiss (1811); o príncipe alemão Maximiliano von Wied-Neuwied (1815-1817); o alemão Hermann Burmeister (1851); o geólogo canadense-americano Charles Hartt (1865), o ornitólogo Emil Kaempfer (1929), que coletou espécimes para o American Museum of Natural History, entre outros. Destaco o naturalista alemão Frederico von Sellow, por ter se afogado na Cachoeira Escura e ter sido sepultado às margens do rio Doce, em outubro de 1831. Na opinião do comandante geral das Divisões Militares do Rio Doce, Major Felipe da Cunha e Castro, que investigou as causas da morte, cuidou da exumação do corpo para ser devolvido à sua terra na Alemanha e fez o inventário dos bens deixados pelo botânico, ele não estava inteiramente preparado para enfrentar “uma longa viagem empreendida por lugares despovoados” (Ofício ao Presidente da Província, de 18 de novembro de 1831, que se encontra no Arquivo Público Mineiro/SP-PP 1/15, Cx. 90, doc. 42).



Figura 07. Na Cachoeira Escura, próximo ao distrito do mesmo nome, no município de Belo Oriente/MG, uma formação rochosa estreita o leito e faz o rio Doce precipitar com toda força. Fonte: Google Earth, de 16 de junho de 2021.

Escolhemos o relato de dois viajantes por serem bem representativos do interesse despertado pelo rio Doce: o inglês William John Steains e a princesa Teresa Carlota Mariana Augusta da Baviera (um estado da Alemanha).

William Steains apresentou o seu relato de viagem na Royal Geographical Society de Londres, em 16 de janeiro de 1888. A sua expedição, subindo o rio Doce e explorando seus afluentes da margem esquerda, foi realizada no ano de 1885, quando ele tinha 22 anos de idade. Como ele mesmo conta, tinha poucos recursos e só conseguiu recrutar quatro homens experientes, adquirir uma grande canoa e reunir provisões, que se mostraram insuficientes. A expedição partiu em junho de 1885, atingindo o fim da jornada no local denominado Ponte Queimada (Parque Estadual do Rio Doce), em janeiro de 1886. A “Revista da Sociedade de Geographia do Rio



de Janeiro”, em seu tomo IV, 3º boletim, p. 213-226, publicou um artigo do jovem William Steains, com o título “O Valle do Rio Doce”. A publicação do artigo inglês saiu pelos Anais da Royal Geographical Society e Monthly Record of Geography, v. 10, n. 2 (feb., 1888), pp. 61-84, com o título “An Exploration of the Rio Dôce and Its Northern Tributaries (Brazil)”. Tem uma tradução desse artigo no site da “Estação Capixaba”, traduzido por Reinaldo Santos Neves, com o título “A exploração do rio Doce e seus afluentes da margem esquerda”.

Ele começa sua apresentação à Royal Geographical Society com as seguintes palavras: “Tenho a honra, esta noite, de chamar a atenção para uma pequena região do grande Império do Brasil que, atualmente, é muito pouco conhecida não só dos europeus em geral como também da maioria dos próprios brasileiros”. Vamos navegar junto com o jovem inglês e seus quatro companheiros, em sua jornada pelo Vale do Rio Doce, no segundo semestre do ano de 1885. Vamos enfrentar junto com eles todos os tipos de dificuldades colocadas pelas selvas do rio Doce e imaginar o que tanto o deslumbre, ao ponto de dizer frases se referindo à paisagem que contemplava: “miríade de formas de vida”; “massa de opulência”; “plantas de toda concebível forma e tamanho”; “mais livre e arrogante árvore”; “luxuriante fertilidade”. Uma aventura que durou seis meses por cerca de 500 quilômetros, entre a foz do rio Doce e a Ponte Queimada, que ainda existe no mesmo lugar, junto ao Parque Estadual do Rio Doce, no distrito de Cava Grande do município de Marliéria, cerca de 11 quilômetros da sede de município de Pingo D’água; e cerca de 30 quilômetros do distrito de Quartel de Sacramento, que hoje pertence ao município de Bom Jesus do Galho.

O distrito de Quartel de Sacramento se originou do principal e maior quartel da Quarta Divisão Militar do Rio Doce, que teve grande importância no controle das movimentações dos botocudos da margem sul do rio Doce e, ao mesmo tempo, controlava as comunicações entre a região do rio Doce e as vilas e cidades de Minas Gerais e o caminho para o Rio de Janeiro. Portanto, William Steains deixou a Ponte Queimada e se dirigiu ao Quartel de Sacramento, pois de lá poderia retornar ao Rio de Janeiro. Vamos iniciar, lendo no português de 1888 (Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro, página 219), o que o jovem inglês escreveu mostrando todo seu espanto:

Os imensos tractos de floresta virgem, estendidos para o lato do norte do Rio Dôce, até hoje não foram tocados pela mão do homem civilizado, e, ahi, na sua obscuridão, está o respeitoso esconderijo, que oferece seguro refugio às numerosas tribos dos selvagens índios Botocudos (os Aymorés) que por aqui erram exactamento no mesmo primitivo estado de barbaria como aquelle no qual os seus antepassados viviam há quase quatrocentos anos antes.

O jovem explorador inglês informa existir apenas “três pequenas povoações nas margens do rio Doce, nenhuma das quais se podem chamar de próspera”. Começando por Linhares, situada na margem esquerda, vinha depois o povoado de Guandu (Baixo Guandu) na margem direita, junto à confluência do rio do mesmo nome;



e a terceira e última povoação era Figueira (atual Governador Valadares), que ficava na margem esquerda, junto a uma cachoeira (corredeira) do mesmo nome.

William Steains encontrou em Guandu colonos norte-americanos, segundo ele eram os miseráveis remanescentes de um grupo que imigrou para o Brasil e se estabeleceu junto ao rio Doce, logo após a Guerra Civil nos Estados Unidos (1861-1865), mas devido a doenças e outras dificuldades a maioria havia deixado a região. Em Figueira, a população não passava de 700 habitantes e a economia era tão precária, que seus moradores no máximo conseguiam subsistir de um dia para o outro, “mas, além disso, não há muito a ser dito” sobre essa localidade perdida no meio da selva.

Não tinha mudado muita coisa, desde o tempo em que Saint-Hilaire esteve no rio Doce, em 1818. O sal continuava sendo o principal artigo de comércio, mas segundo William Steains era “um artigo de luxo extremamente caro”, em função da dificuldade de seu transporte em canoas, do litoral até o interior. O preço do sal na vila de Figueira era quase seis vezes maior do que o preço na foz do rio Doce. Para quem pensa que era fácil viver da caça, ele conta que sua expedição teve muita dificuldade, pois essa era extremamente difícil de ser obtida e exigia uma enorme paciência por parte do caçador.

Nas cachoeiras (corredeiras) das Escadinhas (Aimorés), teve que lançar mão de suas poucas provisões a fim de recompensar o dono dos bois pelo serviço de transportar a canoa por seis quilômetros por terra, para ultrapassar as corredeiras, de forma que as provisões ficaram ainda mais escassas. Foi uma semana gasta para percorrer os seis quilômetros numa tediosa marcha pela floresta densa, até ultrapassar o obstáculo das corredeiras e poder retornar com a canoa para dentro do rio.



Figura 08. Corredeira das Escadinhas, em frente a Aimorés e Baixo Guandu. Com o nível do rio Doce reduzido ao canal central, em função da represa da hidroelétrica, todas o leito de pedra ficou à mostra. Fonte: Google Earth, de 16 de junho de 2021.

Os obstáculos seguintes foram as cachoeiras do Inferno e do Eme. Tiveram que puxar a canoa por meio de cordas feitas de cipós, amarradas à proa, com dois homens segurando-a com firmeza; um terceiro permaneceu na canoa, evitando por meio de uma

longa vara que ela se chocasse contra as pedras; ao mesmo tempo o piloto, com seu pesado remo dirigia a canoa por meio das estreitas passagens entre as pedras, “gritando ordens para os homens de tal maneira que leva a pensar que a canoa e toda a sua carga estão à beira de uma perda inevitável. O ruído da correnteza vem completar o quadro de confusão que sempre prevalece durante a subida de uma corredeira.”



Figura 09. Corredeiras na confluência do rio Eme. Fonte: Google Earth, de 16 de junho de 2021.

Para ultrapassar Cachoeirinha (Tumiritinga) foram forçados a navegar junto à margem, com a ajuda de ganchos, para conseguirem algum progresso. A 29 de outubro, William Steains chegou à confluência do rio Suaçuí Grande e, como fez Fernandes Tourinho séculos antes, subiu o afluente que era largo e profundo, porém logo sua pequena comitiva foi surpreendida por uma cachoeira que os obrigaram a interromper a viagem e levantar acampamento, logo antes da queda d’água, num banco de areia (hoje uma ilha fluvial). As provisões tinham acabado e, portanto, foram obrigados a caçar para garantir a subsistência. Apesar de todas as dificuldades, subiram o rio Suaçuí Grande e, no dia 5 de novembro, penetraram no rio Tambaquari [Itambacuri]. No dia 12 de novembro depararam com uma cachoeira e, devido a largura do rio, não foi mais possível prosseguir com a canoa grande. Então desembarcaram e construíram uma pequena canoa, tarefa que durou três dias. Depois de ter penetrado cerca de 50 quilômetros, no dia 24 de novembro decidiram regressar.

A sorte do jovem William Steains é ter contratado quatro homens experientes para poder conduzi-lo na realização de seu sonho, pois durante os dias em que ficaram explorando os rios Suaçuí Grande e Itambacuri, dependeram da coleta e caça para sobreviverem. Nesses poucos dias, William Steains experimentou o modo de vida dos povos indígenas do rio Doce, que dependiam totalmente da floresta: um dia a comida sobrava, mas em outros não se tinha nada para comer. Na floresta do rio Itambacuri o que salvou o grupo foi o palmito, mas o jovem inglês lamentou ter que derrubar a árvore para se extrair uma pequena parte comestível. Sua comitiva de quatro pessoas, em sua opinião, causou uma enorme devastação: “posso calcular em torno de 450 o número de palmeiras que derrubamos durante aquela incursão”. Também conseguiram boa caça, tais como macacos, pacas e cotias, que “constitu-



íam uma deliciosa alimentação”; mas da capivara ele não agradou, pois tinha um “sabor muitíssimo forte”. Outra fonte de alimentação foi a “pescaria, sendo surubim o maior peixe que pescamos, e piau, piaba e piabanha os mais saborosos”.

Só entraram novamente no rio Doce no dia 10 de dezembro de 1885, ou seja, sem contar os 16 dias que gastaram para retornar a desembocadura do rio Suaçuí Grande, ficaram todo o mês de novembro explorando esse pequeno trecho dos rios Suaçuí Grande e Itambacuri. Até o povoado de Figueira, foram dois dias de viagem e tiveram que enfrentar muitas dificuldades, apesar da pequena distância. Aqui é importante abrir um parêntese para observar que nesse ano de 1885 as chuvas demoraram muito a chegar, pois em épocas normais elas começam no mês de setembro, mas William Steains só vai mencionar as chuvas no mês de novembro e dezembro. Outra observação importante: a navegação do rio Doce em canoas (pirogas) não é feita com uso de remos, mas de varas cumpridas, em que o canoeiro em pé vai empurrando sua embarcação. Ainda hoje se pode ver isso ao se olhar canoeiros no rio, da Avenida Rio Doce, no bairro São Pedro, em Governador Valadares.

No trecho entre a foz do rio Suaçuí até o povoado de Figueira as dificuldades têm relação com o fato das chuvas terem chegado. William Steains explica que o volume da água do rio Doce aumentou e, conseqüentemente, a profundidade e a forte correnteza impedia o uso de varas, recurso usual de quem navega o rio Doce. Segundo ele o uso de remos estava fora de questão, pois de nada servia. Nas corredeiras era preciso puxar a canoa com a ajuda de ganchos presos às forquilhas das árvores que cresciam abundantemente nas margens do rio junto à água. Assim, ele se refere ao trabalho que isso dava. “Esse é um processo tedioso, mas ao mesmo tempo é o único processo seguro que se pode adotar em certos trechos do rio durante as cheias.”

Os viajantes enfrentavam muitas dificuldades durante o pouco tempo em que enfrentavam as várias privações impostas pelo ambiente da floresta tropical, mais difícil ainda era viver no Vale do Rio Doce. Passo a palavra ao jovem Steains (conforme a tradução de Reinaldo Santos Neves, do texto publicado pelos Anais da Royal Geographical Society e Monthly Record of Geography, que se encontra no site da Estação Capixaba:

Demoramo-nos em Figueira alguns dias, em vista de estarem doentes três dos meus homens, mas a 18 de dezembro a expedição prosseguiu rio acima, procurando adiantar-se o mais possível antes que as cheias chegassem ao seu nível mais alto. A viagem foi relativamente fácil até que chegamos à cachoeira de Baguari, vinte milhas acima de Figueira. Essa foi a primeira cachoeira pura e simples que encontramos no rio principal, e por sinal muito bonita — não muito alta (30 pés), porém alta o bastante para nos dar muito trabalho em ultrapassá-la. Tivemos a sorte de encontrar, ao pé da cachoeira, um pequeno grupo de pescadores vindos de Figueira e, com sua ajuda, obtida em troca de alguma pólvora e balas, conseguimos carregar a canoa sobre a cachoeira em menos tempo do que normalmente nos seria possível.

As 20 milhas inglesas seriam cerca de 32 quilômetros e os 30 pés equivalem a cerca de 9 metros. Acima da cachoeira de Baguari a navegação foi fácil e sem qualquer



dificuldade chegaram à confluência do rio Santo Antônio no dia de Natal do ano de 1885. Passo novamente a palavra ao jovem explorador inglês:

Penetramos nele e acampamos cerca de seis milhas rio acima [cerca de 10 quilômetros]. O rio Santo Antônio foi o mais fácil dos afluentes do Doce que tínhamos explorado, sendo largo, profundo, e bastante apropriado à navegação numa distância de 20 milhas a partir de sua confluência. Depois disso, porém, o rio perde inteiramente essas características, e, como tantos dentre os pequenos rios brasileiros, torna-se uma sucessão de quedas d'água e de corredeiras. Cerca de 10 milhas rio acima existe uma pequena povoação chamada Naque [hoje chama Naque-Nanuque, distrito de Naque, que na época ainda não existia], assim chamada em virtude de ter havido aí anos atrás uma aldeia da tribo nackerehé [na verdade, de Nak-Nanuk), dos botocudos. Permanecemos em Naque algum tempo, já que o meu intérprete (Moreira) tinha ali alguns parentes que ele não via há vinte anos. O que serve para demonstrar como são raros os contatos entre um lugar e outro nesta parte do mundo. Moreira vivia em Guandu e (embora a distância entre Naque e Guandu, em linha reta, seja de apenas 85 milhas) nunca tivera oportunidade visitar aqueles parentes.

O que chamou a atenção do jovem aventureiro foi o fato de um grande número dos moradores de Naque apresentarem bócios no pescoço. O que causa esse papo no pescoço é a falta de iodo e a carência nutricional, especialmente de leite, ovos, vegetais e frutas. Esse problema era muito comum na região do rio Doce. Interessante é a explicação que William Steains encontrou da parte da população, de que bócio era causado pelo fato de a água das redondezas conterem muito cal e os ares muito úmidos. A existência do bócio e essa explicação são comuns em outros relatos de viajantes que estiveram em Minas Gerais no século XIX. Também chamou a atenção a grande quantidade de pessoas com lepra (hanseníase). A causa apontada por ele era os alimentos muito calóricos que os mineiros estavam acostumados a comer, sempre com muito toucinho e farinha de milho. Em suas palavras. “Os lavradores fazem questão de criar porcos com o único objetivo de obterem seu tão cobiçado toucinho.”

O que mais incomodou o jovem aventureiro foram os insetos, particularmente os mosquitos. Em diferentes documentos sempre se encontra a menção ao “infernai ataque dos mosquitos”. Como não se conhecia a relação entre os mosquitos e a transmissão da febre amarela e da malária, e os insetos eram tidos apenas como um incômodo insuportável. Portanto, não se relacionava os mosquitos com as febres endêmicas e intermitentes que faziam parte do dia a dia das divisões militares e que atingiu o próprio comandante geral Guido Marlière. Essas febres estavam presentes no cotidiano dos canoeiros que transportavam sal e das populações que se estabeleciam junto aos quarteis, atingindo com mais intensidade as populações indígenas. Em 1848, o comandante do quartel de Dom Manuel (Governador Valadares) solicitou roupas para os índios, não porque estivesse preocupado com a nudez, mas porque sem elas não teria como os índios trabalharem nas plantações, devido às picadas dos mosquitos, “que eram muitos”. Os índios ficam em tal estado



de desespero que retornavam para o interior da floresta, fugindo das proximidades do rio Doce. Portanto, o comandante implorava ao governo para enviar roupas, pois sem plantações ficariam sem mantimentos e, conseqüentemente, os Nak-nanuk não poderiam permanecer sedentários e voltariam à vida nômade.

No dia 5 de janeiro de 1886 a expedição de William Steains chegou à “cachoeira do Surubim”. Ele informa que depois das Escadinhas (Aimorés), foi onde encontrou mais dificuldade para ultrapassar, pois tiveram que transportar a canoa por terra até o alto da cachoeira, num trabalho demorado, difícil e tedioso. Foram seis dias para conseguir colocar a canoa no rio, acima da cachoeira. Isso já era o dia 11 de janeiro. Esse foi o tempo para percorrer cerca de 100 metros. Eu suponho que essa cachoeira do Surubim seja a cachoeira de Santana, a cerca de 20 km da Ponte Queimada, pois segundo John Steains, no dia 6 de janeiro de 1886, chegaram ao seu destino, que era a Ponte Queimada. Nas palavras do jovem explorador:

Essa foi a última cachoeira por que passamos no rio Doce, e nossa exploração daquele rio selvagem e estranho estava chegando ao fim. Um dia depois meu pequeno grupo acampou ao pé de outra cachoeira, a da Ponte Queimada, mas não chegamos a ultrapassá-la. Os homens, coitados, devido aos sacrifícios e privações dos últimos dois meses e meio, não tinham perdido apenas as forças, mas também o ânimo, e eu mesmo sofri um ataque de febre, que me deixou fraco e inerte, a que se seguiu quase imediatamente um agudo ataque de malária.



Figura 10. Cachoeira de Santana, junto ao Parque Estadual do Rio Doce, que se encontra à esquerda da imagem, contrastando com sua cobertura florestal com a outra margem. Fonte: Google Earth, de 16 de junho de 2021.

Da Ponte Queimada, seguiram para o povoado de Sacramento (Quartel de Sacramento, distrito de Bom Jesus do Galho), que fica um pouco mais de 30 quilômetros de distância. Ao chegar à localidade tomaram todas as providências para contratar uma tropa de mulas para transportar a exausta expedição até à estação ferroviária de São Geraldo, que havia sido inaugurada em 1880 e era a ponta de linha da Estrada de Ferro Leopoldina. Eles chegaram a São Geraldo no dia 30 de janeiro e embarcaram no primeiro trem para o Rio de Janeiro, para as últimas 16 horas de

viagem. “Nossas andanças, sacrifícios, tribulações e aborrecimentos estavam terminados, mas minha malária não. Ela não me deixou senão às vésperas de meu retorno à velha Inglaterra, aonde cheguei no dia 29 de maio de 1886.”

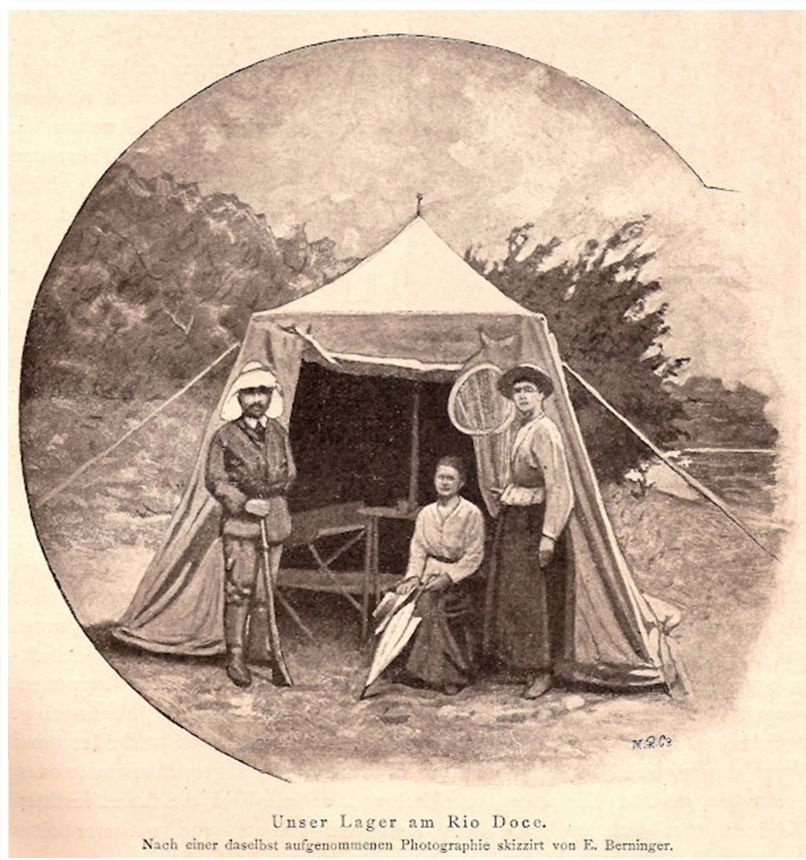


Figura 11. Tradução da legenda da ilustração: Nosso acampamento no rio Doce. Depois de uma fotografia que ele mesmo tirou, desenhado por F. Berninger. O livro da princesa Teresa da Baviera, “Meine Reise in den Brasilianischen Tropen” (Minha viagem aos trópicos brasileiros) foi redigido com base nas anotações que ela fez entre os meses de janeiro e outubro de 1888. Sua viagem ao rio Doce ocorreu entre agosto e setembro, e se encontra nos capítulos XVI, XVII e XVIII da edição de 1897. Fonte: O site Estação Capixaba publicou a ilustração do livro e permite ter acesso ao livro, cuja tradução foi patrocinada pela Prefeitura de Vila Velha, publicado em 2014. Disponível em <http://www.estacaocapixaba.com.br/2016/01/viagem-pelos-tropiclos-brasileiros.html>.

Naquele tempo era raro, muito raro mesmo, até imaginar que uma mulher pudesse ser uma viajante naturalista. A princesa Teresa Carlota Mariana Augusta da Baviera foi uma exceção em um mundo dominado inteiramente por homens. Ela nasceu em 1850, na cidade alemã de Munique (na época Reino da Baviera) e faleceu na cidadezinha medieval de Lindau, em setembro de 1925. Era filha do rei Leopoldo, que governou entre 1886 e 1912, e de Augusta Ferdinand (1825-1864), arquiduchessa da Áustria e princesa da Toscana. Recebeu a melhor educação possível em seu tempo, que incluía o estudo dos grandes mestres da Ciência. A jovem princesa demonstrou desde o início de sua formação enorme paixão por geografia, biologia e cultura. Ela foi uma grande etnóloga, zoóloga e botânica. Suas viagens como



naturalista começaram aos 25 anos de idade. Ela sempre viajava com documentos falsos, escondendo sua identidade. Ela iniciou suas aventuras científicas pelo norte da África, Itália, Ilha de Malta, Portugal, Espanha e França. A sua meta, no entanto, era sair do continente europeu. Foram três viagens à América do Sul, incluindo a Amazônia, a Cordilheira dos Andes e deserto do Atacama; e os Pampas argentinos. Esteve na América Central e América do Norte, viajou pela Rússia e Oriente Próximo, sem contar os diversos estudos nos mais diversos países europeus. O Império do Brasil também entrou no seu interesse, tendo realizado sua viagem no ano de 1888.

Em suas expedições, a princesa da Baviera procurava manter em absoluto segredo sua identidade real e, para isso, ficava alojada em acampamentos preparados com tendas ou em pequenas pensões e albergues, sempre aparentando condições modestas. Os que a acompanhavam também se mantinham discretos e sem revelar as verdadeiras identidades. Ela era acompanhada por uma dama da companhia, a baronesa Francisca de Lerchenfeld; pelo mordomo encarregado dos seus serviços, mas que foi treinado para atuar como taxidermista, ou seja, responsável por empalhar e embalsamar os muitos animais encontrados; por um alto oficial do exército, o general Maximiliano von Speidel, encarregado de sua segurança e de providenciar e organizar antecipadamente toda a logística das expedições.

A expedição de Teresa da Baviera se iniciou pelo Norte, tendo desembarcado no dia 26 de junho de 1888, na cidade de Belém. Ela veio ao Brasil com o nome falso de Condessa Elpen, que figurava em seu passaporte. Ela percorreu diferentes regiões na sua breve estadia no Brasil, destacando-se seu interesse em conhecer o rio Doce. Sua viagem fez parte de uma missão para colher exemplares de animais e plantas para o Museu de História Natural de Munique, tendo sido preparada meticulosamente. Ela era uma exímia fotógrafa, contando com o melhor equipamento que existia em sua época, sendo esse recurso uma novidade ainda muito rara.

A princesa da Baviera partiu do Rio de Janeiro a bordo do vapor Maria Pia, chegando no Espírito Santo no sábado, 25 de agosto de 1888, com destino ao rio Doce, onde pretendia colher amostras da fauna e flora, além do interesse particular em conhecer uma tribo de botocudos pertencente aos Nak-nanuk. Ela deixou registrada sua viagem na obra *“Meine reise in den brasilianischen tropen”* (Minha viagem aos trópicos brasileiros). Assim ela se refere, quando deparou pela primeira vez com o rio Doce, no sábado, 1º de setembro: “saímos da mata virgem, não pudemos esconder certa decepção. Devido à vazante, o rio tinha a aparência de uma simples água insignificante, que mal cobria as rochas de seu leito, arredondadas pela ação da água ao longo do tempo”. Essa decepção é natural, considerando a importância e a fama que o rio Doce possuía, tendo sido visitado por tantos viajantes, cujos relatos conheciam.

Tudo indica que era um ciclo de secas prolongadas, pois se repetia a mesma situação de três anos antes, quando da viagem do jovem explorador inglês. Em períodos de secas mais intensas, como é do regime do rio Doce, o nível da água fica muito baixo e as rochas que formam seu leito se apresentam em todas as formas e os bancos de areias dificultam a vida dos canoeiros. Pelo relato da princesa naturalista podemos ter uma ideia de nossa região no ano em que foi abolida a escravidão no Brasil. As



palavras que seguem são tiradas do livro de Teresa da Baviera (Viagem pelos trópicos brasileiros. Vila Velha: Phoenix Cultura, 2014, p. 85-86).

Grandes trechos da margem esquerda do rio Doce em direção ao território são completamente desconhecidos e nunca foram tocados pelo pé de um homem branco. Contando aproximadamente um dia de viagem a partir do emboque, toda a terra ao norte do rio se encontra de posse incontestada dos selvagens botocudos. Essas relações de propriedade nós encontramos ininterruptamente rio acima até bem longe no interior de Minas Gerais, chegando até o emboque do rio Suaçuí-grande.

(...)

Quando já era noite e necessitávamos da água do rio Doce para os serviços da casa, Frank (guia da expedição) se recusou a ir buscá-la para nós, visivelmente amedrontado. Ele alegou que poderia cair no rio, mas eu suponho que ele estava com medo de acabar sendo vítima de alguma vingança na escuridão da noite. Na sua barra, que avançava por um bom trecho rio Doce adentro, nossa canoa tocou o fundo do rio. A visão dali para cima era encantadora. Linhas de montanhas que se estendiam na horizontal, elevações cobertas de mata, provavelmente constituídas de gnaiss, enfileiravam-se ao longe em lindos matizes cinza. Em primeiro plano as margens do rio cobertas de mata elevavam-se das correntezas; ilhas pitorescas quase se ocultavam por debaixo das árvores. Nessa época muitas árvores encontram-se despidas da beleza das folhas e eram principalmente as espécies de figueiras.

Vejam, portanto, que nossa terra sempre despertou o interesse global, no passado como hoje. O fato de termos essa notoriedade, positiva ou negativa, não importa, constitui uma oportunidade e, se podemos aproveitar ou não, dependerá de nossa capacidade de formulação de bons projetos.

amarrando a prosa



O rio Doce ocupou um lugar importante na literatura brasileira. Existem dois romances importantes, cujas narrativas contam a história de famílias que deixaram suas terras de origem para se estabelecerem “nas matas do Rio Doce”. O primeiro é o romance “Canaã”, de Graça Aranha (1896-1931), publicado em 1902; o segundo é “Fome em Canaã”, do escritor mineiro Agripa Vasconcelos (1896-1969), publicado em 1966. Apesar da importância central do primeiro para a literatura modernista brasileira, vamos concentrar nossa atenção no segundo.



Uma importante revista patrocinada pelo Governo de Getúlio Vargas, na época do Estado Novo (1937-1945), cujo nome era Cultura Política (CP), em uma edição especial VRD, no volume 03, número 35, de dezembro de 1943, afirma estar o futuro do Brasil preso ao do Vale do Rio Doce, pelo “valor econômico que lhe está reservado”. Na matéria, é mencionado o romance do modernista Graça Aranha, que se passa no vale do rio Doce, no qual a matéria da revista afirma ser o título “Canaã” uma realidade, pois se trata de “um verdadeiro vale bíblico”. O título “Canaã” permite refletir sobre o imaginário que existiu sobre o Vale do Rio Doce como uma terra da promessa. Na história da literatura brasileira, esse romance tem uma enorme importância, pois é considerada uma obra pré-modernista, que inaugurando o naturalismo brasileiro, promove a renovação temática e introduz o regionalismo.

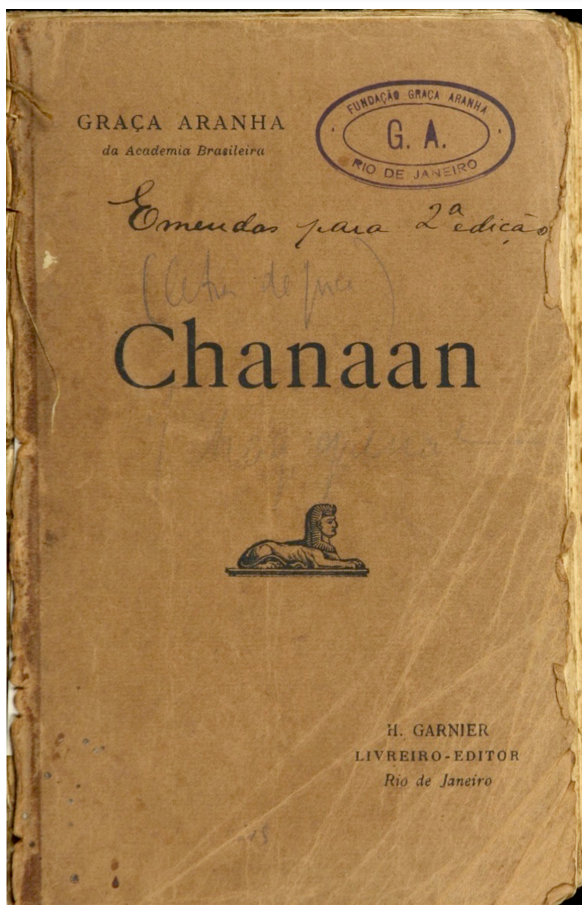


Figura 12. Capa do romance Canaã, no qual o nome aparece na ortografia do português arcaico. Publicado no Rio de Janeiro por H. Garnier Livreiro-Editor, em 1902. Fonte: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universitária da Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3927>.

O romance é um drama vivido por imigrantes alemães nas matas do rio Doce, cuja trama é tecida em longas descrições no estilo realista, no qual a natureza aparece como cenário e personagens. O romance se passa em 1894, quando imigrantes alemães das colônias de Santa Leopoldina, na serra do Espírito Santo, desceram pelo rio Santa Maria, afluente do rio Doce, buscando a região de matas, onde hoje é o município de Colatina. As terras para onde se dirigem as famílias alemãs são retratadas no romance de Graça Aranha como a terra prometida, daí o nome *Canaã*.





Figura 13. Ilustrações do romance *Fome em Canaã*, do escritor mineiro Agripa Vasconcelos, de autoria da grande artista plástica mineira Yara Tupynambá. Da esquerda para a direita, a primeira imagem se refere ao cortejo de portadores de hanseníase denominados de “Macutenas”, que se refugiavam em comunidades nas matas do rio Doce. Os personagens, ao depararem com os manutenas no caminho na mata, desabam em correria. Na legenda da ilustração se lê: “Os da frente traziam nos ombros folhudos galhos para curar a lepra. Trôpegos, imundos, pareciam diabos em trânsito.” A segunda imagem é um encontro dos personagens num bar da zona boemia de Figueira (Governador Valadares), cuja legenda é: “Num bar da Figueirinha, Antão, Neca, Dr. Pita e João Gil bebiam à noite, já tarde. Falavam sobre mulheres bonitas”. A terceira imagem retrata o personagem principal, “Julião”, que foi morto em uma tocaia, com seguinte legenda: “‘Só Julião, sô Julião, sô Juju tá morto.’ Juju ainda respirava, acabando, com um tiro no olho esquerdo e outro no pescoço.”

O segundo romance é *Fome em Canaã*, do escritor mineiro Agripa Vasconcelos (1896-1969), publicado em 1966. Conciliando história e ficção histórica, *Fome em Canaã* conta o drama vivido por uma família de fazendeiro que decidiu abandonar Montes Claros, no Norte de Minas, e migrar para a “mata do Rio Doce”, estabelecendo-se em Figueira (Governador Valadares). Vou dedicar atenção a essa segunda obra.

Fome em Canaã conta a saga de Vicente, um grande latifundiário do Norte de Minas Gerais, que se vê obrigado a deixar sua terra para proteger o filho, cuja saúde estava debilitada em razão do problema que enfrentava no casamento. A primeira parte do romance se passa no município de São Vicente, próximo a São Romão, onde Vicente, com ajuda dos seus irmãos Julião e Calango, comandava a Casa Branca, sede de um enorme latifúndio. Vicente decide migrar para a região da “Mata”, nome pelo qual denominavam o Vale do Rio Doce. Ele manda seus dois irmãos escolherem uma fazenda: “Você levará carta para o Milwars, meu colega de Faculdade”, em Ouro Preto. Nessa primeira referência, já se percebe que o romance de Agripa de Vasconcelos está baseado em dados, informações e no próprio conhecimento de quem viveu em Governador Valadares, na época da Figueira.





Esse Milwars, colega de Faculdade, é uma clara referência ao farmacêutico valadarense Otávio Soares. Só para lembrar: ele morava em Figueira e se formou em Ouro Preto; o pai possuía fazenda em Baguari. Ele foi dono da segunda farmácia aberta na vila de Figueira e teve uma importância grande, pois custeou o primeiro recenseamento da população que se tem notícia; e organizou com Mário Rocha, Gil Pacheco e outros o partido pela emancipação do distrito, que pertencia a Peçanha.¹³

A trama simples é emoldurada pelas múltiplas situações sociais que caracterizam a formação histórica do território no Vale do Rio Doce e compõem o mundo vivido, com suas doenças, tensões, violências e mortes. Era um meio social em formação, que não apresentava coesão e ordem social entre os diferentes grupos e indivíduos que habitavam a “Mata”. O romance se passa no final da década de 1920 e a própria paisagem é uma personagem central na trama, sendo capturada pelo romancista para compor o cenário rústico e bravo, anterior às grandes transformações sociais e econômicas que marcariam as três décadas seguintes e fariam de Governador Valadares uma importante cidade polo.

Os personagens, os lugares e as narrativas têm relações com pessoas e circunstâncias históricas verídicas. Um exemplo que pode ser mencionado é do personagem Doutor Schiller, que no romance é um engenheiro alemão responsável pela construção da estrada de rodagem. A composição do personagem, com seu terno branco, relógio de bolso, cavanhaque e ideias expressas nos diálogos, indica ser o engenheiro alemão Guilherme Giesbrecht, que chefiou as obras de abertura da primeira rodovia da região, que ligou Governador Valadares a Teófilo Otoni.

Julião e Calango, encarregados da missão, deixam o Norte de Minas em direção à Mata do Rio Doce, tomando o trem de ferro em Belo Horizonte, para desembarcar na última estação ferroviária, que ficava no distrito de São Jose da Lagoa (atual cidade de Nova Era), a cerca de 140 quilômetros a leste de Belo Horizonte. O destino era Figueira (Governador Valadares), porém primeiro tinham que chegar a Cachoeira Escura, lugar da última estação ferroviária (ponta dos trilhos) da Estrada de Ferro Vitória a Minas - EFVM. De São José da Lagoa até Antônio Dias viajaram em montaria, por caminhos de livre trânsito que margeavam o rio Piracicaba. Esse era o limite da civilização, pois depois de Antônio Dias era a mata sem fim, com todos seus perigos. Eles seguiram a pé por trilhas na mata, até a confluência do rio

13 Nos turbulentos anos que precederam o golpe militar de 1964, apesar de ser grande fazendeiro, ele e os filhos apoiavam a proposta de reforma agrária e a organização dos trabalhadores rurais. Por esse motivo, ele e o filho Augusto Soares foram assassinados por outros fazendeiros, no dia seguinte ao golpe militar, na frente da esposa e da filha; um segundo filho, Wilson Soares, mesmo baleado, conseguiu escapar, graças a proteção de amigos.



Piracicaba com o rio Doce, onde hoje é a cidade de Ipatinga. Daí prosseguindo, margeando o rio Doce até à estação ferroviária que fica logo abaixo da cachoeira Escura. Ao chegar à estação ferroviária, Julião e Calango sabiam que primeiro teriam que parar na estação de Baguari, antes de prosseguir para Figueira, pois levavam a carta solicitando a ajuda ao farmacêutico Milwars.

Enormes toras junto às estações ferroviárias de Cachoeira Escura e Figueira chamaram a atenção de Julião e Calango. Temos aí o primeiro discurso em que os personagens estabelecem o contraste entre o Norte de Minas e a Mata do Rio Doce. O tamanho das toras era de árvores enormes, muito diferente das pequenas e retorcidas árvores da terra de onde vinham. Eles foram tomados de “assombro”, pois se as árvores cresciam tanto era porque a qualidade da terra era muito superior e, para os dois, essas toras eram um sinal de que tinham chegado numa terra de oportunidades. Os “madeirões” do Norte de Minas não passam de “frágeis gravetos” perto de árvores gigantescas, como o jequitibá que viram na fazenda “do velho Serra, patriarca do lugar”. O personagem Serra e o fato de ser chamado “patriarca do lugar” nos remetem à pessoa do carpinteiro Serra Lima, que nasceu em Figueira, em 1874, filho do cabo Máximo, que foi comandante do destacamento militar de Dom Manuel, que havia sido criado em 1818, no tempo das divisões militares.

O farmacêutico Milwars e Serra se incumbiram de ajudar Julião e Calango na escolha da terra para ser comprada por Vicente. Em suas andanças, os personagens se espantam, a todo o momento, com a paisagem, “que eles pensaram achar-se em país alheio”. Serra oferece uma descrição do ambiente do Vale do Rio Doce: “Esta terra para nós é nova. ...só havia ranchos de aventureiros e malocas de botocudos. (...) Sair de noite aqui era morte bastante provável.” De volta à Figueira, no hotel em que estavam hospedados, ouvem da boca de um advogado outra descrição dessa fronteira: “Isto aqui é terra de aventureiros. Não tem poetas, porque o homem vive de olhos aguçados, vigilante, frente aos múltiplos perigos que dão à vida um travor pavoroso.”

Depois de visitar as “terras tomadas ao gentio”, que ficavam ao norte de Figueira, até o povoado de Santa Helena, se dão por satisfeitos. Julião escreve para Vicente, manifestando todo seu espanto com a “grandeza de tudo isso aqui”, uma paisagem tão diferente. Na sugestão para Vicente comprar uma fazenda de 700 alqueires, mais uma vez estabelece a distinção entre o Norte de Minas e a Mata do Rio Doce, quando diz ao irmão que os 700 alqueires equivaleriam aos “três mil do nosso trabalhoso latifúndio”. A compra seria muito vantajosa, pois a fazenda possuía muita mata e estava localizada “unida na Vitória a Minas” (EFVM) e “à vista da estrada de Jampruca, futura rodovia para Teófilo Otoni”. Depois de contar que percorreram caminhos “entre matas, matas, matas”, conclui de forma hiperbólica: “Temos tido notícias de mais riquezas do que de pé-de-moleque”. A casa da fazenda era feita de braúna, “madeira que desconhecemos no S. Francisco” e que era capaz de “durar séculos e séculos”. Julião não deixa de se repetir: “Estou intrigado com a grandeza de tudo isso aqui.”



Primeiro Julião oferece as informações objetivas sobre a região e a propriedade, pertencente a um viúvo baiano que acabara de perder a única filha e, por desgosto, iria “voltar para sua terra”. Em seguida ele descreve uma paisagem dualista, composta pelas forças do bem e do mal, pela riqueza e pobreza e pela vida e a morte, cujos elementos opostos estão em luta permanente. Essa dualidade de elementos envolve tanto a natureza quanto a sociedade. Diferente de Canaã de Graça Aranha, em Agripa Vasconcelos a região se torna personagem central na narrativa. Julião usa uma frase para produzir uma inflexão no seu discurso, com objetivo de mudar o centro da narrativa para o território: “Todo o Vale do Rio Doce é uma vasta fogueira, queimam tudo, arrasam tudo.” Depois dessa imagem dramática, ele prossegue: “O barranqueiro daqui chama essa região - terra de ururau. Ururau é o jacaré de papo-amarelo do rio Doce e terra de ururau é a designação popular de terra inculta, solo virgem, civilização incipiente”. Emerge, então, a imagem da fronteira que ainda não está ocupada, de um território que ainda está em formação, pois terra de ururau também é lugar para ser temido, da mesma forma que o bicho.

Essa imagem é construída com a oposição de elementos hiperbólicos de beleza, vida e esperança, em contraposição à negatividade da feiura, morte e tristeza. De um lado, a “visão encantada de suas ilhas cheias de orquídeas e palmeiras”; os gemidos dos mutuns e as fascinantes gemas de berilo; a floresta primitiva, que exala perfume e onde se ouve “o urro dos canguços” (onça); uma “terra botocuda de ontem”, uma “terra da fartura” de hoje. Essa terra é o “rincão para enriquecer e envelhecer”. Entretanto, terra de ururau se torna outra terra: da febre e da tocaia. Tudo na terra é bárbaro, “de obscuras tragédias nas matas” e da “saga triste dos canoieiros”. Uma terra “sem caminhos”, pois os que existem são apenas “sulcos de arrastões das grandes toras” ou os trilhos da estrada de ferro. Nas “abertas da mata” (comunidades de posseiros) a “criança treme, verde de olhos abertos, com as visões da febre”. É a malária que “esverdeia o sangue dos adolescentes sem alegria”.

Como diz Julião: é tanta coisa que ele se sente “doido”. Entretanto, conclui a carta com otimismo: “O coração do velho está reflorescendo, ao tocar a terra das pedras coradas”. O romance de Agripa Vasconcelos é uma ótima oportunidade para voltarmos ao passado e para refletirmos. Afinal, são apenas 90 anos, muito pouco tempo se pensarmos em termos históricos, em povos como os hebreus, que Moisés conduziu pelo deserto até a terra de Canaã; ou nos egípcios que habitam as margens do rio Nilo há mais de cinco mil anos. Fica uma pergunta: como foi possível que em tão pouco tempo, num prazo de uma ou duas gerações, a gente tenha transformado a nossa terra prometida, nossa Canaã, como a chamou Graça Aranha, no que temos hoje.





Figura 14. Imagem de fundo é o registro fotográfico a partir da margem do rio Doce, na Terra Indígena Krenak, segunda-feira, 16 de novembro de 2015, às 15:15. A lama de rejeito da barragem de Fundão, que havia se rompido no dia 5 de novembro, havia chegado e impactado diretamente a vida material e espiritual do povo indígena. As outras imagens são do final da década de 1940 ou princípio da década seguinte, feita a partir da margem do rio Doce, em Governador Valadares. Fonte: O registro fotográfico do rio Doce, na Terra Indígena Krenak, foi feita por Haruf Salmen Espindola. As outras imagens são do banco de dados de imagem do Centro de Documentação e Arquivo de Custódia – CEDAC/Univale.

O exame dos impactos das atividades econômicas na bacia do rio Doce, ao longo dos últimos 100 anos, deve ser considerado para compreendermos o porquê nossa terra se encontra no estado atual. De todos os impactos, o desastre-crime da Vale/BHP/Samarco, provocado pelo rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, é o mais trágico, tendo afetado toda a vida do rio Doce, até às águas costeiras. Não apenas os territórios e seus habitantes humanos, mas os ecossistemas fluviais e marinhos, das baixas aluviais e da costa, com todas suas criaturas, sofreram as consequências do desastre-crime. É preciso, no entanto, juntar nos estudos os impactos dos últimos 100 anos com os impactos de desastre-crime, para não concorrer o risco de achar que tudo começou com o desastre iniciado em 2015.

Os estudos e as ações sobre o desastre devem ser pensados numa perspectiva da relação entre história e espaço, na qual fique bem claro o que fizemos e o que fizeram com nossa região, nos últimos 100 anos. O que temos hoje como realidade social e ambiental do Vale do Rio Doce não é apenas o resultado do desastre-crime da Vale/BHP/Samarco, mas também de muitos e muitos desastres, pequenos desastres que foram acumulando impactos ao longo das dez últimas décadas. O que somos hoje resulta da mentalidade e da prática extrativista que predominou e ainda predomina. Se no passado colonial a ambição era encontrar e extrair as riquezas do rio Doce,

podemos afirmar que isso se realizou plenamente no século XX e, mais ainda, que no século XXI continua a mesma relação do tipo colonial, com as riquezas do rio Doce, extraídas e levadas para longe.

A Bacia Hidrográfica do Rio Doce abriga uma população de cerca de 3,5 milhões de habitantes, distribuída em 228 municípios, sendo 204 deles no estado de Minas Gerais e 24 no estado do Espírito Santo. Localizam-se na bacia do rio Doce as gigantes mundiais da mineração, tais como a Vale, BHP Billiton e Anglo-American, além da gigante da extração de ouro Anglogold Ashanti. Também se encontram na região as gigantes mundiais do aço Arcelor Mittal, Aperam South América e Usiminas; no ramo da celulose a CENIBRA e a FIBRIA/Suzano (maior produtora de celulose do mundo); no setor de petróleo e gás natural a Petrobras; entre outras. As florestas de eucalipto ocupam terras que no passado foram da floresta tropical. No baixo rio Doce, no Espírito Santo, se destaca a produção de café e polpa de frutas.

A vocação extrativista não tem fim. Hoje uma nova ameaça às áreas de proteção ambiental, territórios e águas do rio Doce vem da extração e exportação do granito, um tipo de rocha magmática, ou seja, que foi formada da solidificação do magma de erupções vulcânicas ocorridas há milhões e milhões de anos no passado. A bacia do rio Doce continua sendo explorada para se extrair seus recursos e gerar divisas para o Brasil e os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, por meio das exportações de sua natureza.

Portanto, nossa realidade de hoje resulta da combinação da forma como se dá a relação entre a sociedade e o ambiente e, ao mesmo tempo, da forma como grandes empresas exploram o ambiente. O desastre pelo qual estamos passando por culpa da Vale/BHP/Samarco é somente mais um desastre, mesmo sendo muito grande, de forma alguma é único. Como os desastres são fenômenos cumulativos e correlacionados, seus efeitos negativos prolongam-se no tempo e se combinam uns com os outros, afetando o destino do ambiente e dos territórios, em todas as dimensões naturais, socioeconômicas, políticas, culturais e psicossociais.

Se os desastres se combinam e multiplicam seus componentes negativos, para enfrentar e mudar o rumo da nossa história, temos que combinar as nossas forças de forma coletiva e integrada. O caminho para construir outro futuro exige mudar o rumo da história, pois no sentido que ela se encontra não pode levar a outro futuro que não o mesmo presente de hoje, só que ainda mais complicado e com menos oportunidade. Não foi outro o motivo que levou as centenas de milhares de habitantes de nossa região a se mudar para outros estados brasileiros e para os Estados Unidos, Portugal e vários países mundo a fora.

Para mudar o rumo da nossa história temos que pensar de forma integrada a gestão de nosso território, construindo pontes no lugar de muros, encontros no lugar de separação. Nosso futuro depende de conhecermos nossa história e de encontrarmos juntos caminhos para construir outra história, pois os problemas e dificuldades que temos hoje resultam da história da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, nos últimos 100 anos. É por isso que cada um e todos nós, juntos, podemos agir coletivamente como



comunidade e como território, para fazer outra história. O primeiro passo é entender que nosso território não pertence somente a nós humanos, mas que é igualmente pertencente a todas outras criaturas, sejam animais ou plantas.

referências

ESPINDOLA, Haruf S. **O Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005 (Coedição do Instituto Terra e da Editora da Univale).

ESPINDOLA, Haruf S. Território, fronteira e natureza no vale do rio Doce. In: José Luiz de Andrade Franco; Sandro Dutra e Silva; José Augusto Drummond; Giovana Galvão Tavares. (Org.). **História Ambiental Territórios, fronteiras e biodiversidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v. 2, p. 201-236. Disponível em file:///C:/Users/haruf/Documents/Historia_Ambiental_2_Territorios_Frontei.pdf.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e rio Doce**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

_____. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: EDUSP, 1975.

STEAINS, William John. O Valle do Rio Doce. **Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, t. 4, n. 3, p. 213-226, 1888. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/steains-1888-rio-doce/steains_1888_rio_doce.pdf.

SOBRE O AUTOR:

Haruf Salmen Espíndola

Possui graduação em História pela UFMG (1981), mestrado em História Política pela UnB (1988) e doutorado em História Econômica pela USP (2000). É professor titular da Universidade Vale do Rio Doce – Univale; atua como professor no curso de Direito e no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Gestão Integrada do Território – GIT/Univale. Publicou o livro *Ciência, Capitalismo e Globalização*, pela FTD (1999), também é de sua autoria a obra *Sertão do Rio Doce*, publicado pela editora EDUSC (2005), com apoio de Sebastião Salgado e Lélia Wanick Salgado, do Instituto Terra, e coedição da Editora da Univale. Na pesquisa se dedica à História de Minas Gerais, História do Vale do Rio Doce e História Ambiental.



